



2ND INTERNATIONAL CONFERENCE

WOMEN AND SLAVERY: VIOLENCE, RESISTANCE AND DIASPORAS

KEYNOTE SPEAKER



VANESSA DOS SANTOS OLIVEIRA
ROYAL MILITARY COLLEGE OF CANADA

 **JUNE 2-3, 2026**

 **SCHOOL OF ARTS AND HUMANITIES, UNIVERSITY OF LISBOA**
ROOMS B112.B AND B112.C (LIBRARY)

Organizing Committee

EUGÉNIA RODRIGUES (CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA), **ROBSON PEDROSA COSTA** (INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE), **ADRIANA DANTAS REIS** (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA), **MARIANA P. CANDIDO** (EMORY UNIVERSITY), **MAGDA CHAMBEL** (CENTRO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA)

Organization

WOMEN IN AFRICA, WOMEN FROM THE DIASPORA: CONNECTIONS, TRANSGRESSIONS, AND RESISTANCE
(CNPQ/MCTI/FNDCT Nº 22/2024, BRAZIL) | **CENTRE FOR HISTORY OF THE UNIVERSITY OF LISBON** (UID/4311/2025)



UNIVERSIDADE DE LISBOA



FACULDADE DE LETRAS



CENTRO DE HISTÓRIA



Fundação para a Ciência e a Tecnologia



REPÚBLICA PORTUGUESA



CNPq

This event is financed by the project *Women in Africa, Women from the Diaspora: connections, transgressions, and resistance*, funded by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq, Brazil), through Call CNPq/MCTI/FNDCT Nº 22/2024, and the Centre for History of the University of Lisbon (UID/4311/2025), funded by national funds through FCT – Foundation for Science and Technology, I.P.

Slaves cutting the sugar cane in the British colony of Antigua.
William Clark, Ten Views in the Island of Antigua, 1823.

LIVRO DE RESUMOS

Contents

Call for Papers	4
Chamada de comunicações.....	5
Oradora Convidada Keynote Speaker	6
Organising Committee Comissão Organizadora	6
Scientific Committee Comissão Científica	6
Secretary Secretariado.....	6
Organisation Organização.....	6
Programme Programa.....	7
Abstracts Resumos.....	13
Aline Emanuelle De Biase Albuquerque	13
Suely C. Cordeiro de Almeida	13
Miléia Santos Almeida	14
Nereidy Alves	15
Sirleia Maria Arantes	15
Sofia de Melo Araújo	16
Marília Bueno de Araújo Ariza	17
Lara Soares D'Aurea.....	17
Jessica Balguy	18
Sara Barrios-Díaz e Sergio Hernández-Suárez	19
Cristiano Berti	20
Imen Boussayoud.....	20
Eduardo Cesar Valuche Oliveira Brito e Ticiane Lima Araújo	21
Mariana P. Candido	22
Bruno Martins de Castro	22
Priscila Catimba.....	23
Bruna Cerveira	24
Robson Pedrosa Costa and Cassia Roth	25
Inès Mrad Dali	26
Anna Drury	26
Vitor Hugo Monteiro Franco	27

Ignacio Martínez García	28
Ivan Sicca Gonçalves	28
David Gordon	29
Jaime Ricardo Gouveia	30
Helder Alexandre Medeiros de Macedo.....	31
Inácio Manjate	31
Raquel de Abreu Marques e Anny Gabrielly Silva Ferreira	32
Gian Melo	33
Luíra Freire Monteiro	33
Thiago Mota	34
Mariana de Aguiar Ferreira Muaze	35
Selina Patel Nascimento	36
Iamara de Almeida Nepomuceno	36
João Nunes	37
Salvatory S. Nyanto	38
Felipe Garcia de Oliveira.....	38
Mirella Soraya Pinheiro Rodrigues de Oliveira	39
Alejandra C. Ordóñez and Claudia Stella Valeria Geremia	40
Özgül Özdemir.....	41
Isabel Bedoya Palop.....	41
Alanna Perônio.....	42
Alex Matos Rabelo	43
Adriana Dantas Reis	43
Eugénia Rodrigues	44
Luana de Paula Santos	44
Fabiana Schleumer	45
Mona Lisa Nunes de Souza.....	46
Yanka Karinna Viana de Souza	47
Dimas Brasileiro Veras, Rebeca de Amorim Guedes e Joeli Maria Correia da Silva	47

2nd International Conference Women and Slavery: Violence, Resistance and Diasporas

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Biblioteca
(School of Arts and Humanities, University of Lisbon, Library)
June 2-3, 2026

Call for Papers

An article published in the journal *Science* in 2025 presented comprehensive DNA data on the Brazilian population. The study's revelation of extensive miscegenation was not something unexpected. Yet, it offered additional proof of colonization's great influence and the enduring presence of African and Indigenous peoples in the national ethnicity formation. Concerning paternal lineage, the results indicated that 71% of the DNA is predominantly European. Conversely, the maternal lineage of Brazilian ancestry comprised 42% African DNA and 35% Indigenous DNA. Scholars have interpreted this data as further evidence of the sexual violence inflicted by colonizers throughout centuries of exploitation in Brazil.

Across different parts of the world, colonizers imposed a brutal routine of rape, family destruction, forced and degrading labor, moral surveillance, religious persecution, and numerous other abuses. While often associated with the Atlantic slave trade and its violent incursions into Africa, the diaspora also encompasses other enslaved populations. It impacted millions globally and was not experienced solely in the Americas. Moreover, in various parts of the world, women and girls have been – and continue to be – forced to migrate for diverse reasons, both overland and by sea.

It must be emphasized that this narrative is not just about violence. Scholars have highlighted the resistance, transgressions, and female agency in survival, as well as in creating protection networks, maintaining traditions, and striving for rights.

These diverse experiences of violence, resistance, and diasporas demand a broader, more connected, and global perspective. To achieve this, we aim to gather a significant number of scholars. They will share data and analyses on lives and trajectories that may reveal both local specificities as well as regional and global similarities concerning the relationship between women and slavery throughout history.

The first edition of the Conference, held in Lisbon in 2024, concentrated on female slavery in Africa and the Americas. This time, our goal is to broaden the scope, encouraging researchers to share studies on enslaved women across different periods of time and locations. This includes diverse ethnicities, social groups, religions, and communities affected not only by the violence of enslavement, but also by the resistance and transgressions that shaped their lives.

We welcome submissions exploring topics such as: sources for the study of slavery; theoretical and methodological perspectives; forms of enslavement; social, economic, and political experiences; life trajectories; forms of labor exploitation; marriage, family, childhood, motherhood, concubinage, and other sexual and/or affective arrangements; body and sexuality; slavery, rights, and justice; slavery and material culture; intercontinental and regional trafficking; strategies of individual or collective resistance; abolitionisms; post-abolition societies; marginalization and citizenship; memories of slavery. The Conference also covers other forms of dependency and exploitation that impacted the lives of women and girls across different historical periods.

II Conferência Internacional Mulheres e Escravatura: Violências, resistências e diásporas

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Biblioteca
2-3 de junho de 2026

Chamada de comunicações

Em 2025, um artigo publicado na revista *Science* apresentou dados detalhados sobre o ADN da população brasileira. A miscigenação evidenciada no estudo não surpreendeu, mas trouxe mais evidências sobre o impacto da colonização e a presença de africanos e indígenas na formação da sociedade. Sobre a linhagem paterna, os resultados apontaram que 71% do ADN é predominantemente europeu. Já na linhagem materna, a ancestralidade brasileira carrega 42% de ADN africano e 35% indígena. Estudiosos e estudiosas interpretaram esses dados como mais uma evidência da violência sexual praticada pelos colonizadores, ao longo dos séculos de exploração do Brasil.

Em diferentes partes do mundo, os colonizadores impuseram uma rotina de estupro, destruição de famílias, trabalho forçado e degradante, vigilância moral, perseguição religiosa e tantos outros abusos. Diversas vezes associada ao tráfico atlântico e sua incursão violenta contra o continente africano, é possível pensar a diáspora também para outras populações escravizadas. Ela impactou milhões de vidas e não foi vivenciada apenas na América. Em distintas regiões do globo, mulheres e meninas foram – e ainda são – forçadas a migrar por diferentes razões, tanto por terra quanto por mar.

Vale aqui destacar que esta não é uma história apenas de violência. Historiadores e historiadoras têm evidenciado as resistências, as transgressões e as agências femininas que ajudaram na sobrevivência, na formação de redes de proteção, na perpetuação de tradições e nas lutas por direitos.

Essas variadas experiências de violências, resistências e diásporas precisam ser pensadas em uma perspectiva mais ampla, conectada e global. Para isso, pretendemos reunir um número significativo de estudiosos e estudiosas a fim de compartilhar dados e análises sobre vidas e trajetórias que tragam ao mesmo tempo particularidades e semelhanças locais, regionais e globais sobre a relação entre mulheres e escravatura ao longo da História.

A primeira edição desta Conferência, realizada em 2024, na cidade de Lisboa, centrou-se na escravidão feminina nos continentes africano e americano. Desta vez, pretendemos ampliar o debate, convidando pesquisadores e pesquisadoras a compartilhar seus estudos sobre mulheres escravizadas em diferentes tempos e espaços – de diferentes etnias, grupos sociais, religiões e comunidades impactadas pela violência da escravização, mas também as resistências e transgressões que marcaram as suas vidas.

São bem-vindas comunicações que abordam os seguintes temas: fontes para o estudo da escravatura; perspectivas teóricas e metodológicas; modos de escravização; experiências sociais, econômicas e políticas; trajetórias de vida; formas de exploração do trabalho; casamento, família, infância, maternidade, concubinato e outros arranjos sexuais e/ou afetivos; corpo e sexualidade; escravatura, direitos e justiça; escravatura e cultura material; tráficos intercontinentais e regionais; estratégias de resistência coletiva ou individual; abolicionismos; sociedades do pós-abolição; marginalização e cidadania; memórias sociais da escravatura. Outras relações de dependência e exploração que impactaram a vida de mulheres e meninas em diferentes períodos históricos também fazem parte do escopo da Conferência.

Oradora Convidada | Keynote Speaker

Vanessa S. Oliveira (Royal Military College of Canada, Canada)

Organising Committee | Comissão Organizadora

Eugénia Rodrigues (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Robson Pedrosa Costa (Instituto Federal de Brasília)

Adriana Dantas Reis (Universidade Estadual de Feira de Santana)

Mariana P. Candido (Emory University)

Magdalena Chambel (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Scientific Committee | Comissão Científica

Adriana Dantas Reis (Universidade Estadual de Feira de Santana)

Cassia Roth (University of Georgia)

Chapane Mutiua (Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane)

Daniel Domingues da Silva (Rice University)

Eugénia Rodrigues (Centro de História da Universidade de Lisboa)

José da Silva Horta (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Magdalena Chambel (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Mariana P. Candido (Emory University)

Robson Pedrosa Costa (Instituto Federal de Brasília e Centro de História da Universidade de Lisboa)

Suely Creusa Cordeiro de Almeida (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Vanessa S. Oliveira (Royal Military College of Canada)

Vanicléia da Silva Santos (Penn Museum da University of Pennsylvania)

Secretary | Secretariado

Filipe Fernandes

Francisco Raimundo

Organisation | Organização

Projeto *Mulheres de África, Mulheres da Diáspora: conexões, transgressões e resistência*, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Brasil), Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 22/2024, e Centro de História da Universidade de Lisboa (UID/4311/2025), financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/04311/2025>.

Project *Women in Africa, Women from the Diaspora: connections, transgressions, and resistance*, funded by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq, Brazil), through Call CNPq/MCTI/FNDCT Nº 22/2024, and the Centre for History of the University of Lisbon (UID/4311/2025), funded by national funds through FCT – Foundation for Science and Technology, I.P. DOI: <https://doi.org/10.54499/UID/04311/2025>.

2 June 2026		
09.00-09.15	Registration – Átrio da Biblioteca Library Atrium	
09.15-09.30	Room Sala B112.B	
	Opening Session	
	José da Silva Horta (Director of CH-ULisboa) Eugénia Rodrigues e Robson Costa (Organising Committee)	
09.30-11.00	Room Sala B112.B	Room Sala B112.C
	Session 1 Chair: Carlos Almeida <i>Olhares sobre Catarina Juliana: condição feminina, cor e concubinato em Angola – século XVIII</i>, Fabiana Schleumer, Universidade Federal de São Paulo <i>Rainhas Jingas: política e comércio no interior angolano (século XVII ao XIX)</i>, Aline Emanuelle de Biase Albuquerque, CODAI-Universidade Federal Rural de Pernambuco <i>Mulheres escravizadas em Benguela: acesso e reivindicação de liberdade (1850-1878)</i>, Priscila Catimba, Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory <i>Sertanejas ou Esposas de Sertanejos? Concubinato e Escravidão no Corredor Central de Angola, século XIX</i>, Ivan Sicca Gonçalves, Universidade Estadual de Campinas	Session 2 Chair: Jaime Ricardo Gouveia <i>Mulheres e manumissões: experiências femininas nas alforrias fluminenses (1771–1821)</i>, Mirella Soraya Pinheiro Rodrigues de Oliveira, Universidade Federal do Rio de Janeiro <i>“Como legítima possuidora que sou”: as estratégias das senhoras nas ações cíveis de liberdade e o compromisso com a escravidão em São João del-Rei – Minas Gerais (segunda metade do século XIX)</i>, Bruno Martins de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro & Centro de História da Universidade de Lisboa <i>Africanas de negócios: o financiamento de alforrias entre africanas ocidentais (Salvador, século XIX)</i>, Alanna Perônio, Universidade Estadual de Campinas <i>Coerción afectiva como tecnología esclavista: mujeres, resistencia y vínculos en la esclavitud del Puerto Rico decimonónico</i>, Isabel Bedoya Palop, Universitat Pompeu Fabra
11.00-11.30	Coffee Break	

11.30-13.00	Room Sala B112.B	Room Sala B112.C
	Session 3 Chair: Thiago Mota <i>Women Slave Owners Receiving French Colonial Indemnity at the Abolition of 1848</i>, Jessica Balguy, CHEP-Sciences Po Paris <i>"Her Stomach Could Not Suffer It": Gendered Slavery, Violence, and Religious Verification in the Canary Islands</i>, Imen Boussayoud, Brown University <i>Three Family Trees of Enslaved Women in Cuba</i>, Cristiano Berti, Accademia di Belle Arti di Macerata	Session 4 Chair: Selina Patel do Nascimento <i>O casamento de mulheres escravizadas em Lisboa no século XVII</i>, João Nunes Politécnico de Viseu; CHSC-Universidade de Coimbra <i>Violência sexual praticada por confessores contra cristãos escravizados no Brasil (séculos XVI–XVIII)</i>, Jaime Ricardo Gouveia, Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura <i>Entre Portugal y Canarias: mujeres esclavizadas, resistencia, denuncia y violencia inquisitorial en el Atlántico ibérico (siglo XVII)</i>, Sara Barrios-Díaz Universidad de La Laguna & Sergio Hernández-Suárez, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria
13.00-14.30	Lunch time	
14.30-16.00	Room Sala B112.B	Room Sala B112.C
	Session 5 Chair: David Gordon <i>Dadi, or the story of women held as slaves in Tunis after the abolition of slavery in 1846 (Tunisia)</i>, Inès Mrad Dali, Faculty of Letters, Arts and Humanities of Manouba-Tunis <i>Motherhood under Enslavement in the Nineteenth-Century Ottoman Empire</i>, Özgül Özdemir, Stanford University <i>The First Free Womb: Slavery, Motherhood, and Gradual Emancipation on Benedictine Estates, Brazil, 1866–1871</i>, Robson Pedrosa Costa, Instituto Federal de Brasília, & Cassia Roth, University of California	Session 6 Chair: Cláudia Castelo <i>Entre tutelas e infanticídios: maternidades sertanejas no pós-abolição do Brasil (1890-1950)</i>, Miléia Santos Almeida, Universidade Estadual de Santa Cruz <i>Cristiane Correia da Silva: liderança quilombola, resistência feminina e identidades negras no Quilombo Engenho Siqueira, Pernambuco, Brasil</i>, Dimas Brasileiro Veras, Instituto Federal de Pernambuco, Rebeca Santos de Amorim Guedes, Universidade Federal de Pernambuco, Joeli Maria Correia da Silva Associação da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira

	<i>“I hardly expect that the reader will credit me” – authorship, testimony, and female slavery in America through Harriet Jacob’s Incidents in the Life of a Slave Girl (1861),</i> Sofia de Melo Araújo, ESE Politécnico do Porto & CETAPS/FLUP/FCSH	<i>Abolicionismo y ciudadanía femenina en la España del siglo XIX,</i> Ignacio Martínez García, Universidad Complutense de Madrid
16.00-16.30	Coffee Break	
16.30-17.15	Room Sala B112.B Books Launch <i>Brasil e África ligados culturalmente nos seus ritos e raízes</i> Org. Gian Silva, Giselda Brito e Valéria Costa <i>Muçulmanos africanos nos países de colonização portuguesa</i> Org. Thiago Mota. Apresentação José da Silva Horta	
17.15-18.30	Room Sala B112.B Chair: Robson Pedrosa Costa Keynote Adress Vanessa S. Oliveira (Royal Military College of Canada, Canada) <i>Women and Resistance to Slavery in Atlantic Africa: Themes, Perspectives, and Challenges</i>	
3 June 2026		
09.30-11.00	Room Sala B112.B	Room Sala B112.C
	Session 7 Chair: Mariana de Aguiar Ferreira Muaze <i>“Feitiçarias”, pretas mestras e batuques: o mundo das/dos africanos/as em diáspora – Capitania de Pernambuco, (c. 1750-c.1783),</i> Suely C. Cordeiro de Almeida, Universidade Federal Rural de Pernambuco <i>Entre Dandaras e Anas Lins: mulheres e a escravidão em Alagoas (Séculos XVIII e XIX),</i> Gian Melo, Universidade Federal de Alagoas	Session 8 Chair: Adriana Dantas Reis <i>Sociedade Floresta Aurora (SFA) e a estratégia feminina de resistência coletiva na pós-abolição no Brasil (1934),</i> Nereidy Alves, Centro Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre <i>Representações da escravidão atlântica em Um defeito de cor (2006): um olhar sobre o retorno ao continente africano,</i> Lara Soares D’Aurea, Universidade Federal Fluminense

	<i>Mulheres indígenas nos sertões coloniais da Paraíba e do Rio Grande do Norte: experiências e contatos</i>, Helder Alexandre Medeiros de Macedo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte <i>A denúncia da escrava Lúcia contra sua senhora – estudo de um caso extraordinário de resistência feminina nos sertões da Paraíba – Brasil (1881)</i>, Luíra Freire Monteiro, Universidade Estadual da Paraíba	<i>Olhos d'água e rezas vivas: ancestralidade, resistência quilombola e religiosidade popular no Ceará</i>, Raquel de Abreu Marques & Anny Gabrielly Silva Ferreira, Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Ministro Antônio Coelho <i>Eugenia em Longa Duração: do partus sequitur ventrem à CPI da Esterilização (1993)</i>, Luana de Paula Santos, Universidade Estadual de Ponta Grossa
11.00-11.30	Coffee Break	
11.30-13.00	Room Sala B112.B Session 9 Chair: Mariana P. Cândido <i>How to Find Women and African Populations in the Canary Islands: Slavery, the African Diaspora, and an Interdisciplinary Approach</i>, Alejandra C. Ordóñez, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, & Claudia Stella Valeria Geremia, Università Ca' Foscari Venezia <i>Dona Violante vs. Maria Sabbado: Concubinage at the Limits of Slavery and Freedom in Eighteenth-Century Cabo Verde</i>, Selina Patel Nascimento, Lancaster University <i>Women, Prayer, and Performance: Female Agency in the Spread of Islam in Greater Senegambia during the Trans-Atlantic Slave Trade</i>, Thiago Mota, University of California, Santa Cruz <i>Freedom, Belonging and Exclusion among Slave Women in Post-Abolition Unyamwezi, Western Tanzania, c.1890-1950</i>, Salvatory S. Nyanto, University of Dar es Salaam	Room Sala B112.C Session 10 Chair: Suely C. Cordeiro de Almeida <i>A trajetória da africana Qitéria Garcia Rosa: comerciante, proprietária de cativos e imóveis (Salvador 1832-1897)</i>, Mona Lisa Nunes de Souza, Universidade Estadual de Campinas <i>Donas da Zambézia oitocentista: escravização, coerção e disputa pública da memória social no ensino de História</i>, Iamara de Almeida Nepomuceno, Universidade de São Paulo <i>Escravidão, gênero e mineração na África Oriental</i>, Eugénia Rodrigues, Centro de História da Universidade de Lisboa <i>O Papel do Concubinato na Estrutura Política e Social do Império de Gaza</i>, Inácio Manjate, Universidade Eduardo Mondlane

13.00-14.30	Lunch Time	
14.30-16.00	Room Sala B112.B	Room Sala B112.C
	Session 11 Chair: José da Silva Horta <i>The Archival Traces of Women as Slaves and as Rulers: The Case of South-Central Africa during the Nineteenth Century</i>, David Gordon, Bowdoin College <i>Illusive Freedom: Women, Girls and the Risk of Enslavement in West Central Africa</i>, Mariana P. Candido, Emory University <i>“The Fruits of These Poor Creatures”:</i> <i>Prostitution, Abolitionism, and Violence in Late Imperial Rio de Janeiro</i>, Anna Drury, Lancaster University	Session 12 Chair: Fabiana Schleumer <i>Monica e o “Escandalo do pecado publico”: escravidão, concubinato e jurisdição eclesiástica no Maranhão colonial (primeira metade do séc. XVIII)</i>, Alex Matos Rabelo, Universidade Federal do Maranhão <i>Matrilinearidade? As famílias das libertas na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais (c.1725 - c.1800)</i>, Sirleia Maria Arantes, IF Sudeste MG – Campus Barbacena <i>Rita, Deolinda, Justina e Maria Rosa: histórias de maternidade, violência e escravidão doméstica no centro-sul cafeeiro (Brasil, século XIX)</i>, Mariana de Aguiar Ferreira Muaze, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
16.00-16.30	Coffee Break	
	Room Sala B112.B	Room Sala B112.C
16.30-18.00	Session 13 Chair: Vanessa S. Oliveira <i>Ser menina e ser “livre” no Rio de Janeiro oitocentista: meninas africanas e as ambiguidades da campanha abolicionista britânica</i>, Bruna Cerveira, Emory University <i>Sobre ser uma mulher liberta: relações de gênero, violência de gênero e a perspectiva de uma mulher no Sudeste do Brasil (década de 1880)</i>, Marília Bueno de Araújo Ariza, Universidade de São Paulo	Session 14 Chair: Dimas Brasileiro Veras <i>Mulheres no Maranhão Colonial: o observatório sobre a história das mulheres escravizadas na Justiça Eclesiástica do século XVIII</i>, Yanka Karinna Viana de Souza, Universidade Federal do Maranhão <i>“Pois a Suplicante é liberta e como tal sirva a quem sua vontade lhe pede”:</i> <i>mulheres indígenas e a produção das distinções jurídicas entre administração e escravidão na capitania de São Paulo, na primeira metade do século XVIII</i>, Felipe Garcia de Oliveira, EDGE/CHAM/NOVA-FCSH

	<i>“Libertadoras cearenses”: protagonismo feminino na abolição da escravidão na província do Ceará - Brasil (1880 - 1884),</i> Eduardo Cesar Valuche Oliveira Brito, Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Raimundo Da Cunha Brito & Universidade Federal Fluminense, & Ticiane Lima Araújo, Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Raimundo Da Cunha Brito	<i>Escravidão, violência e sofrimento: genealogias ancestrais de mulheres, meninas e meninos e a escravização vitalícia nas grandes propriedades do recôncavo baiano, 1750-1850,</i> Adriana Dantas Reis, Universidade Estadual de Feira de Santana <i>Escravas-feitoras: gênero e poder no Rio de Janeiro oitocentista,</i> Vitor Hugo Monteiro Franco, Rede Pública da Cidade do Rio de Janeiro
	Room Sala B112.B	
18.00-18.30	Closing Session Women & Slavery Research Network José da Silva Horta (Director of CH-ULisboa) & Organising Committee	

Rainhas Jingas: política e comércio no interior angolano (século XVII ao XIX)

Aline Emanuelle De Biase Albuquerque

CODAI-Universidade Federal Rural de Pernambuco

Este trabalho analisa as rainhas Jingas de Angola, líderes emblemáticas que, entre os séculos XVII e XIX, governaram os reinos do Ndongo e da Matamba. Essas soberanas controlavam importantes rotas comerciais de mercadorias e pessoas e resistiram à interferência portuguesa sobre suas terras e povos. A partir de ampla documentação do Arquivo Histórico de Angola, do Arquivo Histórico Ultramarino, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a pesquisa destaca as rotas e os parceiros comerciais das Jingas, bem como suas políticas em relação aos povos vizinhos, aos portugueses e a seus representantes no presídio de Ambaca, principal enclave luso no interior angolano. A análise evidencia a fragilidade lusitana naqueles sertões, apontando como as vitórias portuguesas nas guerras e os acordos de paz firmados eram efêmeros frente à política das Jingas e às suas dinâmicas mercantis autônomas. Por fim, o estudo das rainhas Jingas possibilita observar os meandros do poder feminino na África centro-ocidental e reconstrói um cenário que pode ter sido a terra de origem de milhões de centro-africanos escravizados e levados à força, sobretudo, para o Brasil.

“Feitiçarias”, pretas mestras e batuques: o mundo das/dos africanos/as em diáspora – Capitania de Pernambuco, (c. 1750-c.1783)

Suely C. Cordeiro de Almeida

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Os estudos sobre bruxaria e feitiçaria consolidaram-se como campo historiográfico na segunda metade do século XX, quando pesquisadores franceses e anglo-saxões deslocaram as práticas do campo da superstição para o da cultura, das mentalidades e dos conflitos sociais. No Brasil, o campo de estudo se consolida a partir da década de 1980, com a tese de Laura de Mello e Souza (1986), intitulada *Sabás e Calundus*, transformada no livro *O Diabo e Terra de Santa Cruz*, marco fundador dos estudos sobre a feitiçaria na América portuguesa. Nas últimas décadas, a expansão da pós-graduação nas universidades brasileiras permitiu a emergência de novas abordagens teórico-metodológicas e objetos de pesquisa. Essas pesquisas evidenciam que os estudos da feitiçaria no Brasil colonial incorporaram as contribuições francesas e anglo-saxãs, mas também desenvolveram abordagens próprias, com diálogo com os estudos sobre escravidão, articulando temas como raça, gênero, etnicidade, violência simbólica e adaptação cultural. As histórias de nossas personagens emergem das questões colocadas e das conexões que se constituíram para

formar o Mundo Atlântico (THORNTON, 2004). A narrativa que compõe esse trabalho acompanha os sucedidos em três momentos pontuais na segunda metade do século XVIII, em que escravizados e escravizadas se utilizaram de conhecimentos de suas culturas e religiões para resistir as violências no mundo da escravidão. Os episódios descrevem processos de envenenamentos e mortes por feitiçaria, cultos vodunsi, e os batuques, em um ambiente social complexo em que representantes da Igreja Católica, tentavam coibir o avanço das práticas religiosas e saberes oriundos da África na capitania de Pernambuco.

Entre tutelas e infanticídios: maternidades sertanejas no pós-abolição do Brasil (1890-1950)

Miléia Santos Almeida

Universidade Estadual de Santa Cruz (DFCH-UESC)

Os discursos de controle da maternidade e da reprodução feminina através do poder médico e jurídico no Brasil consolidaram-se em fins do século XIX, na esteira das últimas décadas da escravidão oficial no país. Instrumentos legais como a Lei do Ventre Livre de 1871 influenciariam perspectivas médicas relacionadas a maternidade de mulheres negras já no alvorecer do regime republicano, enquanto práticas eugênicas seriam adotadas, tendo os corpos de mulheres racializadas como laboratórios vivos. O ideal de “maternidade higiênica” consagrado no início do século XX por meio da educação sanitária se contrapunha aos costumes considerados anti-higiênicos pelas mães de distintas regiões e pelas práticas abortivas e de controle reprodutivo empreendidos por mulheres pobres. Os textos médicos (teses e periódicos) e os laudos periciais de processos criminais de aborto e infanticídio se configuram como fontes documentais importantes para compreensão dessas experiências femininas e das estratégias das elites de controle sobre suas vidas. Por sua vez, como contradição apresentada por esse projeto moralizante e de idealização do amor materno, nos processos cíveis de tutela podemos localizar a negação da guarda de filhos (as) às mães pelos juízes de órfãos quando elas não se encaixavam nos padrões prescritos ou seus direitos maternos estavam submetidos ao “pátrio poder”, orientado desde as Ordenações do reino português e legitimados no Código Civil de 1916. Partindo da espacialidade da região denominada “sertões de cima” no território baiano, e sob uma perspectiva de gênero em intersecção com raça, classe e colonialidade, este trabalho analisa as constantes negociações e improvisações elaboradas por mulheres sertanejas negras nas margens das documentações oficiais. Suas reflexões perpassam as dinâmicas de resistência a normatização higienista, a luta pela manutenção de laços familiares, a racialização das relações, os processos de mestiçagem e a preservação de conhecimentos ancestrais difundidos em redes de sociabilidades.

Sociedade Floresta Aurora (SFA) e a estratégia feminina de resistência coletiva na pós-abolição no Brasil (1934)

Nereidy Alves

Centro Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

Em 1934, a Sociedade Floresta Aurora (SFA), clube social negro mais antigo do Brasil em funcionamento (1872), ao entrar para o ano em que completaria 62 anos de existência, cria na gestão de Manoel Ferreira, o Centro Progressista de Moças Florestinas (CPMF) como núcleo de apoio à diretoria. O CPMF é formado exclusivamente por mulheres negras, sócias e participantes da SFA, com funções nas áreas social, cultural, esportiva e administrativa. A partir de então, como uma célula de resistência no processo de emancipação da população negra na pós-abolição, instituiu diversos programas e entre eles, a alfabetização para sócios e seus filhos; curso de corte e costura; atividades culturais com formação de grupo de teatro; organização de saraus poéticos; festejos de Carnaval; cerimônias religiosas; criação de banda jazz. O fazer coletivo das mulheres negras embora seja considerado uma ação libertadora, revolucionária no contexto social da época, não foi reconhecido como experiência social política coletiva na luta pelo desenvolvimento das pessoas negras que não eram contempladas pelo sistema que mantinha o caráter colonial e excludente. O objetivo deste estudo é investigar e registrar as atividades na SFA, através do CPMF, identificando suas participantes como ativistas sociais na construção da história através da emancipação feminina negra no início do Séc. XX. Como fontes primárias serão utilizados documentos, como os livros de ata, matérias de jornais, entrevistas, memórias, registros civis, na formação da base estrutural da pesquisa, dialogando com o pensamento feminino negro e com a produção acadêmica para compreender, como resultado, a identidade e potência das mulheres negras gaúchas, através do CPMF, como fazer coletivo que marca a resistência e as estratégias de sobrevivência.

Matrilineariedade? As famílias das libertas na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais (c.1725 - c.1800)

Sirleia Maria Arantes

IF SUDESTE MG – Campus Barbacena

A organização familiar dos libertos em Minas Gerais estruturava-se pela combinação entre a unidade doméstica enquanto núcleo produtivo e um conjunto de relações sociais que ultrapassavam os vínculos consanguíneos. Laços matrimoniais, uniões consensuais, redes de compadrio, amizades e afinidades constituíam elementos fundamentais para a construção e manutenção dessas famílias, que se articulavam em estratégias de sobrevivência, ascensão social e transmissão de patrimônio material e imaterial aos descendentes. As famílias legítimas são

percebidas pelo registro do casamento ou do batismo. Já as ilegítimas podem ser mensuradas pelo número de batismos dos filhos naturais, nos quais a mãe é registrada como solteira. A família ilegítima é aquela que não se organizou dentro dos ditames da Igreja e das Ordenações do Reino. São famílias organizadas a partir de relações consensuais “desligadas de quaisquer obrigações burocráticas e institucionais”. O concubinato e a matrilinearidade são opções sociais de formação de família e têm suas matrizes culturais herdadas da tradição portuguesa e africana, em que as libertas se recusavam casar-se para mantê-las. A discussão que se pretende desenvolver nessa comunicação é a composição das famílias ilegítimas das libertas, na Comarca do Rio das Mortes, perceptíveis nos registros de batismos em que os filhos são nomeados como naturais, as mães como solteiras e com a ausência ou não do nome do pai. Essas famílias podem ser constituídas a partir do concubinato ou pela linhagem matrilinear, pois são opções sociais de formação de família que têm suas matrizes culturais herdadas da tradição portuguesa e africana, em que as libertas poderiam mantê-las ou mesclá-las. A análise desses registros permite compreender a diversidade de arranjos familiares entre as libertas e as estratégias sociais que sustentavam suas trajetórias no período colonial na Comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais.

“I hardly expect that the reader will credit me” – authorship, testimony, and female slavery in America through Harriet Jacob’s *Incidents in the Life of a Slave Girl* (1861)

Sofia de Melo Araújo

ESE Politécnico do Porto/CETAPS (FLUP/FCSH)

This paper examines the interplay of authorship, testimony, and gendered experience in Harriet Jacobs’s *Incidents in the Life of a Slave Girl* (1861), in how Jacobs exposes the epistemological barriers faced by enslaved women whose experiences of sexual violence, coercion, and constrained agency were often dismissed as unspeakable or unbelievable within nineteenth-century literary culture. The study analyzes how Jacobs strategically constructs her narrative authority—through appeals to moral sentiment, direct address to Northern female readers, and the adoption of the sentimental domestic tradition—to legitimize her testimony in a society predisposed to distrust Black female narrators. By situating *Incidents* within broader debates about authorship, authenticity, and abolitionist discourse, the paper argues that Jacobs transforms the conventions of slave narrative into a powerful challenge to dominant modes of reading and belief. Ultimately, the work reveals how Jacobs’s text not only documents the lived realities of female slavery but also interrogates the very conditions under which such realities can be narrated, heard, and validated.

"Sobre ser uma mulher liberta: relações de gênero, violência de gênero e a perspectiva de uma mulher no Sudeste do Brasil (década de 1880)"

Marília Bueno de Araújo Ariza

Universidade de São Paulo

As violências sexuais frequentemente são apontadas nos estudos historiográficos como marca distintiva das experiências de escravização e emancipação para mulheres no mundo atlântico. Tema de difícil abordagem – tanto do ponto de vista das fontes quanto do tratamento teórico - estupro, perseguições sexuais e suas implicações para as vidas íntimas de destas mulheres apenas recentemente passaram a receber atenção mais detida de estudiosos das intersecções entre escravidão e gênero na história do Brasil – território da mais longa e substancial sociedade escravista das Américas.

Nessa esteira, a comunicação ora proposta discute o tema das violências sexuais e, de forma ampliada, das violências de gênero experimentadas por mulheres escravizadas e libertas, fazendo-o a partir da estratégia analítica da recomposição de biografias de sujeitos anônimos. Com base na análise de um processo judicial movido contra Laurinda, acusada de assassinar a filha sua em 1885, procura-se retratar a trajetória de vida de uma jovem mulher liberta numa zona de plantation cafeeira do Vale do Paraíba, província do Rio de Janeiro, na última década da escravidão. Cotejando fontes documentais à historiografia sobre a região e o período, mais do que investigar o homicídio infantil propriamente dito a comunicação busca evidenciar especificidades femininas da vida sob a escravidão e o processo de emancipação experimentadas por Laurinda, mas extensíveis a outras mulheres de condição semelhante. A partir disso, propõe discutir em perspectiva crítica aspectos como trabalho, maternidade, formação de redes familiares e as dimensões transgeracionais de violência de gênero experimentadas por estas mulheres – tanto dentro quanto fora das comunidades escravas e egressos da escravidão. Finalmente, partindo deste evento trágico e do processo criminal que o segue, procura-se compreender perspectivas femininas autônomas, forjadas por mulheres negras oriundas da escravidão, sobre sua inserção nos mundos da escravidão e da liberdade e das relações de gênero que os compuseram.

Representações da escravidão atlântica em Um defeito de cor (2006): um olhar sobre o retorno ao continente africano

Lara Soares D'Aurea

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Tema do samba enredo da Portela em 2024, *Um defeito de cor* (2006), de Ana Maria Gonçalves, é considerado pela crítica especializada um marco na literatura brasileira. O romance histórico conta quase um século da história de Kehinde, da etnia jeje, que foi sequestrada e escravizada,

ainda com oito anos, no reino do Daomé. Sua história se desenrola como escravizada na casa-grande de uma família da ilha de Itaparica. Ela retorna ao Daomé anos depois e começa uma outra vida, longe do seu passado como escravizada. Em África, cresce como empresária de um negócio de construções de casas à moda brasileira para a comunidade agudá.

O romance pode ser lido como uma representação da história dos escravizados no Brasil e em África a partir da visão de uma mulher subalternizada: uma escravizada e, depois, ex-escravizada no século XIX. Partindo da crítica à história oficial que renega e invisibiliza esses atores históricos, essa obra é uma forma de reescrever essas experiências históricas. Entendendo que produções literárias são capazes de criar memória, uma análise detida acerca das imagens que a obra produz da experiência escravocrata de mulheres africanas e afro-brasileiras se mostra uma rica oportunidade ao estudo da escravidão atlântica.

A comunidade agudá cresceu na Costa dos Escravos e foi formada por pessoas que foram escravizadas, traficadas para o Brasil e que voltam para África. Uma vez que retornam, não reclamam seus vínculos familiares e étnicos precedentes: estavam profundamente transformados pela experiência da escravidão – vestem-se como brancos, abraçam a religião católica, festejam e cozinham como os baianos. O tema dos retornados e seu envolvimento com o tráfico negreiro ganha relevância no final da obra e também é uma interessante lente de estudo acerca das especificidades da instituição escravista em África.

Women Slave Owners Receiving French Colonial Indemnity at the Abolition of 1848

Jessica Balguy

CHEP-Sciences Po Paris

In 1848, France abolished slavery for the second time. At the same time, article 5 of the decree of April 27 granted 126 million francs in compensation to the former owners of the colonies. The latter had expressly stipulated this principle as a condition of abolition. When the colonial indemnity offices opened in Martinique at the end of 1849, thousands of people turned up to claim their rights. Nearly 40% of them were white or colored women. They too had interests to defend.

Sugar or coffee plantation owners, widows, merchants or tailors, young freedwomen or those born free... what were the backgrounds of these women who became slave owners? What experiences lie behind these names, registered in Martinique and awarded a sum of money by France to compensate them for the loss of their slaves? What do their stories reveal about the workings of colonial slave society? What is the significance of these properties? How do these varied backgrounds fit into the political and social history of the colony on the eve of abolition?

These questions are part of a historiographical revival which, in recent years, has been developing the theme of female servile property, focusing on white women, their slave violence and their

economic and social domination, which made them dominant (rather than dominated) and also active and predominant agents of the slave economy. This study will take a look at the French West Indies, including free women of color.

Entre Portugal y Canarias: mujeres esclavizadas, resistencia, denuncia y violencia inquisitorial en el Atlántico ibérico (siglo XVII)

Sara Barrios-Díaz e Sergio Hernández-Suárez

Universidad de La Laguna

e

Universidad de Las Palmas de Gran Canaria

Esta comunicación analiza un proceso inquisitorial de 1656 desarrollado en el tribunal de Canarias, en el que varias mujeres esclavizadas declaran contra sus amos portugueses, acusándolos de prácticas religiosas consideradas heterodoxas, como no rezar el rosario en días festivos o no consumir carne de cerdo, y de repartir dicho alimento entre otros esclavizados. El procedimiento culmina con la detención y sometimiento a tormento de una de las declarantes, Catalina, quien es interrogada reiteradamente para que “diga verdad”, convirtiendo su cuerpo en el principal espacio de producción de prueba judicial.

Desde una perspectiva de género y esclavitud, el trabajo propone una lectura crítica de la agencia ambigua de las mujeres esclavizadas dentro del aparato inquisitorial. Por un lado, sus declaraciones se inscriben en dinámicas de vigilancia religiosa, control moral y disciplinamiento social propias del mundo atlántico moderno; por otro, revelan estrategias de denuncia, negociación y resistencia que, aunque profundamente condicionadas por la violencia institucional, permiten visibilizar a las mujeres esclavas como sujetos activos en la activación de procesos judiciales. El análisis del lenguaje del tormento, los lamentos, invocaciones religiosas y reiteradas negaciones de falso testimonio, permite observar la tensión constante entre coerción extrema y resistencia subjetiva.

En estos espacios de circulación forzada de personas, normas y creencias, la justicia inquisitorial funcionó como un mecanismo central de control social que afectó de manera específica a mujeres y niñas esclavizadas.

El estudio se inscribe en una perspectiva conectada y comparada del Atlántico ibérico, contribuyendo a una historia de la esclavitud femenina atenta tanto a la violencia institucional como a las formas, limitadas pero significativas, de agencia, resistencia, supervivencia y enunciación desarrolladas por mujeres esclavizadas en el mundo moderno.

Three Family Trees of Enslaved Women in Cuba

Cristiano Berti

Accademia di Belle Arti di Macerata

In recent years, I drew the family trees of some people who were brought to Cuba from Africa at the beginning of the 19th century. They were purchased by an Italian merchant named Antonio Boggiano to work in his coffee plantation near the town of Trinidad. The family trees include hundreds of names. At the top stand the ancestors of many Cuban citizens who today bear the surname Boggiano. Below are their descendants, ending with the names of the latest generations, in some cases of children born a few years ago.

Research has ascertained that Cuban Boggianos' ancestors had all purchased their freedom before Antonio's death. All the other enslaved people in fact got another surname with the sale of the coffee plantation (1857). It also emerged that the people purchasing their freedom were mainly women. The first deed of this type was signed with a cross by María de Jesús Boggiano in 1822. The first time that a Boggiano of African ancestry placed a signature on a deed, it was a woman who did so: Merced Boggiano in 1868. Other similar stories show the resourcefulness and agency of women in the Boggianos' families.

All findings comes from five years of archival research and meetings with the Cuban Boggianos, followed by the publication of an artist's book/historical essay ("Boggiano Heirs"), and the creation of a video ("Pero está por ahí, ¿no?"), and two wall installations showing the family trees. My presentation will include the brief overlook of these works of visual art, focusing on the family trees of Liberata, Rosa and Concordia Boggiano and on the video, of which I will show a clip of a few minutes in which Klarissa Spencer Boggiano questions herself on the depiction of Afro-descendence in today's Cuba.

"Her Stomach Could Not Suffer It": Gendered Slavery, Violence, and Religious Verification in the Canary Islands

Imen Boussayoud

Brown University

In 1569, Maria, an enslaved northwest African woman on the Canarian Island of La Gomera, was put in front of the audiencia of the Inquisition for suspicion of heresy. Her heretical act was not in something she did, but in what she could not do. Maria, a newly converted Christian of Muslim origin, could not eat pork.

This paper focuses on the lives of Maria and other enslaved Muslim African women in the early colonial Canary Islands. I turn to Black Feminist scholarship and Middle Passage studies to situate these women's experiences as part of what Sowande' Mustakeem calls the "human costs and

consequences” of the Atlantic slave trade. An under-researched area within the historiography of Atlantic slavery, I place the Canary Islands as a critical site for the study of gendered slavery. From the fifteenth century onwards, the enslavement of Muslim African peoples was a fundamental axis of Iberian colonial expansion. The trade, sale, and ownership of enslaved women specifically was intertwined with Iberian designs for conquest and colonial expansion in the late medieval Atlantic islands and African coastline. In this paper, I illuminate the ways that slave owners and colonial officials attempted to force the bodily compliance of enslaved women like Maria within the demands of their enslavement and coerced religious conversion. In doing so, I argue that enslaved women’s bodies in the colonial Canary Islands were a key battleground for Iberian notions of religious purity. I push against the limits of archival material to access the disorienting experience of captivity that these women suffered, placing them as part of the evolution of gendered enslaving practices across the early modern Atlantic.

“Libertadoras cearenses”: protagonismo feminino na abolição da escravidão na província do Ceará - Brasil (1880 - 1884).

Eduardo Cesar Valuche Oliveira Brito e Ticiane Lima Araújo

Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Raimundo da Cunha Brito (Secretaria de Educação do Estado do Ceará - Brasil) & Universidade Federal Fluminense, UFF-Brasil

e

Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Raimundo da Cunha Brito

Ao abordamos a temática da abolição da escravidão na Província do Ceará (1884), na “Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI) Raimundo da Cunha Brito” – Graça - Ceará, em alusão a “Data Magna” celebrada no dia 25 de março no estado do Ceará, constamos a ausência da participação das mulheres nesse processo histórico na literatura sobre o tema e nos materiais didáticos disponíveis (NASCIMENTO, Ibid. pp. 74-75). Deste modo, foram desenvolvidas atividades de pesquisa organizadas em torno da atuação das mulheres no processo de abolição da escravidão na Província do Ceará (Brasil) numa perspectiva interseccional. Isto é, considerando personagens com atuação relevantes nesse contexto no tocante ao gênero, a raça e a classe social. Nesse contexto, destaca-se a história da “Sociedade das Cearenses Libertadoras” e de duas mulheres de destaque na luta pela abolição da escravidão no Ceará: Maria Tomásia Figueira Lima (1826 – 1902) e Simôa Maria da Conceição (mais conhecida como “Preta Tia Simoa”). Por outro lado, do ponto de vista metodológico, realizou-se um estudo aprofundado de revisão bibliográfica exploratória. Para isso, foram consultados livros, artigos de periódicos, teses e dissertações, além de entrevistas e matérias publicadas por especialistas disponíveis em sites jornalísticos. Além disso, cruzamos os dados inquiridos nas fontes primárias da época, principalmente nos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. Assim, a implantação de projetos de equidade de

gênero interseccional é desafiadora, porém proporciona ganhos significativos na conscientização e na visibilidade das mulheres na sociedade.

Illusive Freedom: Women, Girls and the Risk of Enslavement in West Central Africa

Mariana P. Candido

Emory University

This paper examines how free women and girls in West Central Africa became enslaved during the era of the transatlantic slave trade. It draws on archival sources from the Arquivo Nacional de Angola, the Bispado da Biblioteca de Luanda, the Tribunal da Comarca de Benguela, the Arquivo Historico Ultramarino, the Torre do Tombo, and the Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. West Central Africans across all social strata (nobles, peasants, traders, and the destitute) faced significant vulnerability to capture and enslavement. Women and girls, however, were disproportionately targeted due to heightened demand for their productive and reproductive labor within local states, chiefdoms, and communities. In urban centers, enslaved women performed skilled work, while documentary records reveal that those classified as *agregadas* (economically dependent individuals) occupied distinct positions within systems of unfreedom. By examining these varied forms of dependence, this paper illuminates the gendered dimensions of slavery in West Central Africa.

Women responded to enslavement by seeking new kinship ties, building networks of solidarity, and founding families, even as they resisted their bondage. However, slavery's social stigma prevented their full integration into host communities; historical records shed light on the local enslavement of women and the physical and sexual violence they endured. A better understanding of the gendered nature of slavery in West Central Africa is crucial, since it had profound structural consequences for women's roles. By disrupting matrilineal inheritance systems, the enslavement of women and girls systematically weakened the political and social authority of free women across the region.

“Como legítima possuidora que sou”: as estratégias das senhoras nas ações cíveis de liberdade e o compromisso com a escravidão em São João del-Rei – Minas Gerais (segunda metade do século XIX)

Bruno Martins de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro e Centro de História da Universidade de Lisboa

Esta comunicação apresenta resultados parciais de uma investigação em curso dedicada ao estudo das ações cíveis de liberdade que tramitaram no juízo municipal de São João del-Rei ao longo da

segunda metade do século XIX. A pesquisa insere-se em um contexto marcado pela progressiva erosão da legitimidade do regime escravista no Brasil, em meio à difusão de ideais liberais e abolicionistas e às transformações jurídicas desencadeadas, entre outros fatores, pela promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Em perspectiva mais ampla, o estudo busca compreender as disputas em torno da escravidão no âmbito judicial, atentando tanto para as iniciativas dos escravos quanto para as reações senhoriais diante das crescentes contestações ao seu poder dominial. Embora a historiografia dedicada às décadas finais da escravidão tenha enfatizado, de modo consistente, a agência dos escravos e o papel desempenhado por advogados e curadores nos processos de liberdade, argumenta-se que uma compreensão holística desse fenômeno histórico requer a incorporação analítica das iniciativas senhoriais voltadas à preservação da ordem escravista e à reafirmação dos valores que a sustentavam. Nesse sentido, a comunicação concentra-se particularmente nas ações cíveis de liberdade impetradas por escravos contra suas senhoras, em sua maioria mulheres viúvas. Sustenta-se que, sobretudo após o falecimento de seus maridos, essas proprietárias assumiram um papel ativo e decisivo na defesa da escravidão, mobilizando estratégias jurídicas, discursivas e morais para enfrentar as demandas de liberdade apresentadas por seus cativos. Longe de uma atuação passiva, tais senhoras empenharam-se na preservação de sua autoridade, das hierarquias sociais, de sua dignidade e do domínio senhorial, em um cenário marcado pelo enfraquecimento progressivo das bases de sustentação do sistema escravista. A análise fundamenta-se nos referenciais metodológicos da história social, articulados às contribuições da micro-história, permitindo apreender, em escala reduzida, as práticas e os significados da resistência senhorial no ocaso da escravidão.

Mulheres escravizadas em Benguela: acesso e reivindicação de liberdade (1850-1878)

Priscila Catimba

Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory

Este capítulo analisa a presença das mulheres negras nos autos do Tribunal da Comarca de Benguela entre 1850 e 1862, atentando às formas através das quais as suas vozes são registradas, mediadas ou silenciadas no interior do sistema judicial colonial. Mais do que identificar resultados jurídicos, decisões favoráveis ou estratégias de resistência, o propósito central consiste em compreender como estas mulheres são produzidas pelo discurso judicial, isto é, quando e de que modo lhes é atribuída voz, quando são remetidas ao silêncio e em que contextos se tornam protagonistas de disputas formais no interior da justiça colonial.

Consequentemente, esta análise não parte, portanto, de uma leitura teleológica da justiça como espaço de emancipação, mas de uma abordagem crítica que questiona a função dos tribunais coloniais como instâncias de ordenamento, classificação e controlo social. Partindo das reflexões de Manuel Hespanha (1993, p.17-18) as instituições judiciais são entendidas não como espaços

neutros, mas como mecanismos de produção de hierarquias responsáveis por determinar quem podia falar, em que termos e com que autoridade. Interessa, assim, perceber em que circunstâncias as vozes das mulheres são aceites, quando são consideradas legítimas, quando são desqualificadas ou marginalizadas, e de que forma o tribunal estrutura hierarquias de género, raça e estatuto jurídico na produção da verdade jurídica.

Inserido no campo da História Social, o capítulo estrutura-se em torno de três eixos analíticos: Vozes, Silêncios e Disputas, entendidos não como categorias isoladas, mas como dimensões interligadas das experiências judiciais das mulheres. Estes conceitos funcionam como ferramentas analíticas que permitem ir além do conteúdo explícito nos autos, questionando os processos através dos quais a escrita judicial seleciona, reorganiza e hierarquiza experiências subalternas.

Ser menina e ser “livre” no Rio de Janeiro oitocentista: meninas africanas e as ambiguidades da campanha abolicionista britânica

Bruna Cerveira

Emory University

Após abolir o tráfico de escravizados em 1807, Grã-Bretanha pressionou pela criação das Cortes das Comissões Mistas como forma de fiscalizar e punir o tráfico atlântico de escravos, regulando um sistema cuja extinção ela havia decidido de maneira unilateral. Na prática, essas cortes se transformaram em espaços onde antigas e novas lógicas imperiais se chocavam, coexistiam e, por vezes, se complementavam redefinindo os significados de liberdade e revelando as contradições do papel britânico no abolicionismo e no império.

Entre 1808 e 1896, as Comissões Mistas julgaram casos envolvendo cerca de 214 mil africanos que sobreviveram à travessia atlântica. Calcula-se que cerca de 15.622 mil africanos libertados chegaram a portos brasileiros até o encerramento definitivo do comércio em meados da década de 1860.

A experiência dos africanos livres no Brasil variou conforme o momento de sua chegada. Antes de 1845, aqueles apresentados às Comissões Mistas eram geralmente entregues a particulares como aprendizes. Já entre o final da década de 1840 e início da década de 1850, muitos passaram a ser destinados a instituições públicas no Rio de Janeiro e em outras províncias.

Minha apresentação busca lançar luz sobre as trajetórias das meninas africanas que chegaram ao Rio de Janeiro nesse período, examinando como foram distribuídas, classificadas e inseridas em regimes de trabalho e tutela. Ao acompanhar essas trajetórias ao longo do tempo — desde a chegada na infância até o momento em que alcançavam a maioridade — é possível observar como a experiência de amadurecer sob uma condição constantemente contestada revela outra dimensão da campanha abolicionista britânica: aquela em que a tutela, apresentada como proteção, funcionou como um dispositivo de controle e prolongamento da coerção. Assim, a

passagem da infância para a vida adulta dessas meninas evidencia não apenas transformações individuais, mas também os limites, contradições e ambivalências do projeto antitráfico britânico no Atlântico.

The First Free Womb: Slavery, Motherhood, and Gradual Emancipation on Benedictine Estates, Brazil, 1866–1871

Robson Pedrosa Costa and Cassia Roth

Instituto Federal de Brasília

and

University of California

This paper examines policies of gradual manumission implemented on the slaveholding estates of the Order of Saint Benedict in Brazil between 1866 and 1871. Drawing on documents from Benedictine archives and proceedings of the Brazilian Parliament, it argues that the Benedictine Order was the first large slaveholding corporation to institutionalize a systematic strategy of gradual emancipation in Brazil, anticipating the Free Womb Law of 1871. The paper shows that Benedictine policies were grounded in the reproductive capacities of enslaved women and in their conformity to church-sanctioned ideals of Christian marriage and motherhood. In 1866, the Order approved a decree granting free manumission to enslaved women who had given birth to six or more legitimate children and declaring free all children born thereafter. Although framed as a humanitarian and moral reform, this policy simultaneously preserved hierarchies of dependency by maintaining mixed-status families and binding freed women and freeborn children to Benedictine estates through labour obligations and systems of tutelage. By situating these initiatives within the broader context of post-Atlantic slave trade demographic transformations and growing abolitionist pressures, the paper argues that Benedictine experiments influenced national debates on gradual abolition, particularly discussions surrounding free womb policies. Although the Order did not engage directly in political debates, abolitionist legislators and jurists later mobilized the Benedictine case as empirical evidence that gradual emancipation based on free womb principles was both viable and socially manageable. Through a microhistorical approach centered on enslaved women and their families, the paper also highlights how these women actively navigated and exploited institutional rules to secure freedom for themselves and their children. Ultimately, the presentation demonstrates how motherhood, religion, gender norms, and institutional power intersected in the creation of one of the earliest models of gradual emancipation in nineteenth-century Brazil.

Dadi, or the story of women held as slaves in Tunis after the abolition of slavery in 1846 (Tunisia)

Inès Mrad Dali

Faculty of Letters, Arts and Humanities of Manouba-Tunis

Described as wild (“proud,” “violent,” and “difficult to handle”) but honest, devoted, and very caring towards children, Dadi, originally from Bornu, was between 40 and 50 years old when, in 1887, she was the subject of a major publication written by the man who took her in after her emancipation. This Frenchman was then an interpreter at the Tunis court.

Very soon after being hired, she quickly gained trust in the interpreter and his family and one day asked him “to help her fulfill the oath she had taken, that of freeing two (...) slaves of her former mistress,” who were still being held despite the prohibition. Slavery had been abolished in the Regency of Tunis since 1846, but it continued to exist illegally, particularly affecting women.

At this request, Goguyer hesitated, not believing that there could be slaves in Tunis and thinking that the “numerous Sudanese who were there were fugitives from Tripoli, from Gadames (...)” But he finally believed her when she showed him her act of manumission dating from a few months earlier (June 1887). She had been freed by the old Beylical princess Aicha (daughter of the late Husein Pasha Bey (R. 1824-1835)), who had undoubtedly decided to do so before her death; Indeed, Dadi's act of manumission stipulates the wish that each of the freed body parts of this slave should also free similar body parts of the princess from hell... a formula corresponding to the recommendations of Islamic precepts to encourage believers to spontaneously free their slaves and treat them well...

It is therefore the story of Dadi, freed at a late age, and the consequences of her promise to liberate her fellow slaves still held captive in Tunis, that we wish to present at the conference.

“The Fruits of These Poor Creatures”: Prostitution, Abolitionism, and Violence in Late Imperial Rio de Janeiro.

Anna Drury

Lancaster University

This paper re-examines violence and force in late imperial Rio de Janeiro through the lens of sexual slavery and female prostitution. *Escravas de ganho* (enslaved women ‘for hire’) were a common feature of urban slavery, vending commodities in the streets with an enforced quota to return to their enslavers. Often compelled to sell their bodies on an *ao ganho* basis, the prostitution of enslaved women was deplored in contemporaneous accounts in relation to public and gendered morality. Travel journals, legal records, and medical literature note enslaved women prostituting themselves at the behest of their enslavers; despite the presence of force, enslaved prostitutes were scripted as agents in their moral decay. This study re-evaluates sexual exploitation, the

gender and racial codes that fed precepts of late imperial honour, and the figuring of prostitution in abolitionist discourse. As antislavery commentators of the 1870s and 1880s condemned the idea of Black women's innate licentiousness, they portrayed enslaved prostitutes as innocent, passive victims of male lust. This paper adjusts narratives that neglect the conditions of violence which compelled enslaved women to sell sex, considering instead how prostitutes grappled with forced labour and engaged in feminine honour negotiation. Examining criminal cases brought against enslavers based on the depositions of enslaved women seeking manumission, it argues enslaved prostitutes appropriated the rhetoric of morality to appeal to popular imaginaries of femininity, in hopes of attaining a sympathetic judgement. This study offers a new perspective on the physical, sexual, and moral violence of slavery, abolitionist ideas about female sexuality, and their implications for Afro-Brazilian women nearing postabolition Brazil.

Escravas-feitoras: gênero e poder no Rio de Janeiro oitocentista

Vitor Hugo Monteiro Franco

Rede Pública da Cidade do Rio de Janeiro

Orar e trabalhar – do latim: ora et labora - eis o lema milenar que orienta a vida monástica da Ordem de São Bento até os dias atuais. No entanto, no Brasil oitocentista, esse mote seguia descompassado para os Escravos da Religião que viviam nas propriedades rurais do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Contrariando o ideal preconizado pelo Patriarca São Bento, a maior parte do tempo dos cativos era dedicada ao trabalho duro e não a contemplação ou oração. A labuta diuturna garantia a produção de commodities valiosas, como açúcar e gado; mantimentos essenciais à dieta de monges e escravizados, como mandioca, arroz e feijão; materiais cerâmicos (telhas e tijolos) que viabilizavam a expansão dos negócios imobiliários da Ordem na cidade do Rio de Janeiro. Esses produtos, advindos da exploração da mão de obra cativa, proporcionavam não só a sustentação da vida monástica, mas o poder, prestígio e riqueza do Mosteiro do Rio de Janeiro. Assim, o sucesso da economia beneditina dependia essencialmente do trabalho bem ordenado dos Escravos da Religião. Para isso, os monges selecionavam e treinavam cativos para postos estratégicos dentro da estrutura das fazendas. No topo dessa do trabalho dos escravizados estavam os feitores e as feitoras, escolhidos (as) para acompanhar de perto a produção e conduto de seus companheiros de cativeiro, portanto um cargo diretamente ligado à administração das fazendas. O emprego de escravos feitores era comum no Brasil e em outras regiões americanas. Contudo, a escolha de mulheres para o mesmo cargo era bastante incomum. Já nas propriedades rurais da Ordem de São Bento no Rio de Janeiro, as feitores escravas eram figuras presentes desde o século XVIII até meados do século XIX. Marcando profundamente a forma como essas propriedades agrícolas se organizavam. Nesta comunicação, analisarei qual era o papel e importância de escravas-feitoras para as dinâmicas escravistas da Ordem de São Bento. Para isso,

examinarei a atuação delas nas três maiores fazendas beneditinas no Rio de Janeiro: Iguassú, Camorim e Campos, século XIX.

Abolicionismo y ciudadanía femenina en la España del siglo XIX

Ignacio Martínez García

Universidad Complutense de Madrid

La lucha por la abolición de la esclavitud en España contó con la colaboración y el compromiso intelectual de numerosas mujeres que se implicaron activamente en la causa antiesclavista. Las abolicionistas españolas buscaron establecer un espacio propio de debate y acción política, parcialmente independiente de la Sociedad Abolicionista Española, dominada por varones y que, durante más de dos décadas, trató de incorporar a las mujeres a la lucha contra la servidumbre en las colonias caribeñas. Entre 1865 y 1871 se registraron varios intentos de crear una estructura estable de participación femenina dentro del movimiento abolicionista. Estas iniciativas se concretaron en la Sociedad Abolicionista de Señoras, también conocida como Asociación Abolicionista de Señoras o Junta de Señoras Protectoras de los Esclavos. Pese a que la historiografía especializada menciona en ocasiones a estas organizaciones, sus aportaciones han sido tratadas de forma superficial e incompleta. A partir de la consulta de diversas fuentes hemerográficas, esta investigación recupera los nombres de aquellas mujeres, reconstruye su papel político e intelectual y analiza las conexiones que establecieron entre la sujeción femenina, la institución del matrimonio y la condición material y legal de las personas esclavizadas. Este trabajo constituye también un ejercicio de memoria democrática, orientado a rescatar del olvido las voces y experiencias de las mujeres que participaron en la lucha abolicionista. Asimismo, se inserta en el debate académico actual sobre la participación política femenina en el siglo XIX, contribuyendo a repensar los límites de la ciudadanía, la acción colectiva y el pensamiento emancipador en el contexto español.

Sertanejas ou Esposas de Sertanejos? Concubinato e Escravidão no Corredor Central de Angola, século XIX

Ivan Sicca Gonçalves

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Estudos sobre comércio transcultural mostraram a importância das diásporas comerciais para a circulação de valores e mercadorias. Nesse sentido, em diversos pontos do litoral da África Atlântica foi destacada a importância de mulheres locais para a manutenção de forasteiros, seja pela exploração do seu trabalho produtivo e reprodutivo, seja no envolvimento delas em alianças

maritais e na formação de famílias mestiças. Nesse segundo caso, muitos destacaram o acesso cotidiano, de facto, ou mesmo de jure, dessas mulheres à posse de bens, pessoas e terras. Apesar desse destaque, tais estudos não ignoraram a fragilização e marginalidade que a operação colonial, e sua operacionalização dentro e fora dos espaços domésticos, sujeitou muitas dessas mulheres, livres e escravizadas, dentro da organização jurídica e social das comunidades atlânticas.

No entanto, nas áreas de fronteiras imperiais, como o Planalto Central de Angola oitocentista, importante eixo do comércio caravaneiro, a presença e a agência dessas mulheres envolvidas com forasteiros, assim como as relações de violência às quais estavam sujeitas, são menos evidentes na documentação. Assim, mesmo que a historiografia já aponte que súditos portugueses chamados “sertanejos”, que residiram e comandaram caravanas a partir do reino do Bié, estabeleceram clãs familiares que controlavam a intermediação das redes atlânticas, ainda sabemos muito pouco sobre as suas esposas e as mães de seus filhos e filhas.

Assim, essa comunicação debaterá sobre vidas e trajetórias de mulheres bienas a partir de fragmentos espalhados em documentação diversa: diários e cartas de membros dessa comunidade, registros eclesiásticos, inventários e processos judiciais. Assim, essa reflexão pretende discutir a complexidade da sobreposição de distintos processos de conjugalidade que marcaram o estabelecimento dos sertanejos na comunidade local, além de debater quais eram as reais esferas de agência comercial feminina ao associarem-se a forasteiros que viviam nas margens físicas e sociais do império português.

The Archival Traces of Women as Slaves and as Rulers: The Case of South-Central Africa during the Nineteenth Century

David Gordon

Bowdoin College

In nineteenth-century south-central Africa (present-day eastern Angola, southern DRC and northern Zambia), women were often enslaved. They also possessed significant wealth, cultural status, and held political office. This paper explores how enslavement and servitude existed alongside empowerment in the century before European conquest and colonialism. Departing from the anthropological and structuralist arguments about women in African forms of slavery (e.g. Miers and Kopytoff et.al. 1977; Meillassoux 1991; Klein and Robertson 1997), the paper considers the historical sources on the enslavement and empowerment of women, including oral traditions, European eyewitness accounts, colonial inquiries into slavery in the first decades of the twentieth century, and artistic representations of women from the nineteenth century. The paper shows how different forms of evidence emphasize the servitude and power of women in different ways. Oral traditions celebrate women as historical heroes and leave less record of enslavement.

European explorers and colonial sources on the other hand provide the most compelling evidence of the enslavement of women. Nineteenth-century artwork, crafted by men, appears to celebrate women on staffs, figurines, and thrones in a fashion similar to oral traditions; interpreting such male-produced artwork against the grain also indicates realms of subordination, however. Overall, the paper shows that the various oral, artistic, and documentary archives about nineteenth-century central African women are constructions of power and knowledge that reflect the diverse and dynamic agency of women alongside mechanisms of their repression. The paper invites comparative reflections on the paradoxical representations of female power and subordination in the diverse archives of other slave societies.

Violência sexual praticada por confessores contra cristãos escravizados no Brasil (séculos XVI–XVIII)

Jaime Ricardo Gouveia

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

Durante muito tempo, a historiografia sobre a repressão do *sollicitatio ad turpia* pela Inquisição portuguesa baseou-se quase exclusivamente nos registos processuais. Contudo, a série especial conhecida como Cadernos dos Solicitantes — composta por noventa e cinco volumes e cerca de 46.000 páginas — oferece um corpus substancial de denúncias, processos inconclusos e casos arquivados, totalizando mais de três mil ocorrências registadas de solicitação, das quais 5% dizem respeito à América portuguesa e constituem o foco de análise deste artigo. Ao considerar diferentes tipologias documentais e ao centrar-se especificamente na Inquisição de Lisboa — cuja jurisdição se estendia por todo o Atlântico português —, esta comunicação procurará examinar, a partir de uma perspetiva comparativa entre os vários espaços da América portuguesa, um tema amplamente negligenciado: as formas de violência exercidas no interior do confessionário contra mulheres cristãs escravizadas. Procurar-se-á esclarecer se a violência perpetrada nos confessionários se intensificou em contextos imperiais; quais as formas específicas de violência infligidas às mulheres escravizadas; como e por que motivo fatores etno-raciais influenciaram a decisão de arquivar ou dar seguimento às denúncias.

Mulheres indígenas nos sertões coloniais da Paraíba e do Rio Grande do Norte: experiências e contatos

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Com o avanço das frentes pastoris nos sertões da Capitania da Paraíba e do Rio Grande do Norte, no decurso da segunda metade do século XVII, parte da população indígena foi dizimada nos eventos bélicos conhecidos tradicionalmente como “Guerra dos Bárbaros”. Nos sertões da Paraíba e do Rio Grande do Norte foram fundadas duas freguesias, representativas do avanço da ocidentalização nessas espacialidades: a de Nossa Senhora do Bom Sucesso, do Piancó, nos anos de 1720 e a da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó na década de 1740. A questão central, objeto da comunicação, é: quem foram e quais foram as experiências de mulheres indígenas que viveram nesse contexto de cristianização espacial nos sertões? Foram examinados aspectos como suas denominações ou etnônimos; condição jurídica; localização no território; e constituição de famílias. Registros paroquiais, inventários post-mortem e livros de notas presentes, hoje, em arquivos das cidades de Pombal (PB) e Caicó (RN), foram as principais fontes históricas utilizadas na investigação, que se inspirou no Método Indiciário a partir da problematização de Carlo Ginzburg. A análise, no esteio de investigações recentes da Nova História Indígena, permite-nos afirmar que não houve uma extinção total desses povos originários, como se aprendeu na historiografia convencional, e, sim, uma coexistência de “índios” e “índias”, assim denominados nos documentos de época, junto aos brancos, negros e mestiços de diferentes qualidades e condições. Livres, libertas ou escravizadas, as mulheres indígenas que viveram nas Freguesias do Piancó e do Seridó, nos séculos XVIII e XIX, atuaram, de forma ativa no cotidiano dos sertões da pecuária, mantendo relações com outros grupos sociais aí existentes e contribuindo para a formação de famílias nesse território.

O Papel do Concubinato na Estrutura Política e Social do Império de Gaza

Inácio Manjate

Universidade Eduardo Mondlane UEM

O Império de Gaza, fundado por Soshangane no início do século XIX, constitui um dos mais importantes reinos do sul de Moçambique. O império, com base nas tradições nguni e tsonga, estruturou-se politicamente de forma hierárquica e centralizada, sendo sustentado por alianças militares, familiares e políticas. Neste contexto, o concubinato desempenhou um papel determinante como prática social e instrumento de poder político, sendo utilizado como meio de integração de grupos e consolidação da autoridade régia. Esta investigação procura descrever o papel do concubinato no seio do Império de Gaza, analisando as suas funções políticas, sociais e

simbólicas. Este trabalho baseia-se numa abordagem qualitativa e descritiva, sustentada na revisão bibliográfica de fontes históricas e antropológicas. A pesquisa privilegiou fontes secundárias e relatos etnográficos que abordam a organização social e política do Império de Gaza, bem como as dinâmicas das relações de gênero e parentesco. O concubinato no Império de Gaza não se limitava a uma dimensão íntima ou doméstica; tratava-se de uma prática com forte conotação política. Segundo Liesegang, o casamento e o concubinato eram instrumentos utilizados pelos soberanos para estabelecer alianças e consolidar o poder sobre diferentes linhagens. Do ponto de vista político, o concubinato era uma estratégia de legitimação. O rei e os chefes guerreiros utilizavam o matrimônio e o concubinato como meios de consolidar o poder e de assegurar a sucessão.

Olhos d'água e rezas vivas: ancestralidade, resistência quilombola e religiosidade popular no Ceará”

Raquel de Abreu Marques e Anny Gabrielly Silva Ferreira

Escola de Ensino Médio em Tempo Integral Ministro Antônio Coelho

O projeto integra a narrativa de Conceição Evaristo, em seu livro *Olhos d'água*, onde a autora retrata a trajetória de mulheres negras e seu dia a dia de luta e resistência, com a prática das rezas populares exercidas por mulheres negras residentes na comunidade quilombola Carnaúba II, em São Benedito Ceará. Através da produção de um documentário que utilizará a História Oral como principal método de pesquisa, a iniciativa busca valorizar a religiosidade popular por meio das rezadeiras, figuras tão comuns nas cidades do interior do Nordeste brasileiro, que mantém viva essa tradição afro-brasileira por meio da atuação caracteristicamente feminina de conquistar um protagonismo social através do cuidado. As rezadeiras são mais do que curandeiras. Para suas comunidades elas são pilares onde se busca a cura para problemas físicos, mas também apoio, aconselhamento e sabedoria, assim como as personagens retratadas por Evaristo (2016). Com um arcabouço metodológico que busca unir referências bibliográficas como Lélia González (1984) à prática da oralidade, propõe-se articular a interseccionalidade de raça-gênero com a preservação de saberes ancestrais quilombolas. A melhor forma de preservar a memória é tornando-a conhecida do maior número de pessoas e, nesse sentido, elaborar um material audiovisual sobre o trabalho das rezadeiras populares é fundamental para que a atual geração, e as futuras, compreendam o valor dessa riqueza cultural brasileira.

Entre Dandaras e Anas Lins: mulheres e a escravidão em Alagoas (Séculos XVIII e XIX)

Gian Melo

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

A presença feminina no universo escravista não é nova e vem sendo pesquisada pela historiografia. Vemos escravizadas que usam de suas agências para alcançar a liberdade, algumas ascendendo socialmente com pecúlio e riqueza acumulada e, outras que perduram com seus familiares por gerações no cativeiro. Na outra ponta, as mulheres donas, que tem propriedades e um sobrenome que as acompanham. Apesar das diferenças de status, ambas vivenciavam as contradições de um sistema que as via como frágeis, volúveis e passíveis de controle, evidenciando convergências e divergências em suas trajetórias. No contexto de Alagoas dos séculos XVIII e XIX, as mulheres estiveram profundamente inseridas nas dinâmicas cotidianas de um território marcado por transformações políticas e pela influência direta do Quilombo dos Palmares, cuja proximidade geográfica simbolizava a resistência negra e impactava as relações sociais. Nosso estudo busca investigar a partir de inventários e fontes de época, como a atuação feminina esteve presente no universo colonial alagoano, marcado por dinâmicas próprias, entre duas praças escravistas, Salvador e Recife. Foram muitas Dandaras que souberam agenciar mecanismos de sobrevivência e resistência para conseguir alcançar e viver sua liberdade e dos seus, assim como existiram muitas Anas Lins que marcaram sua trajetória como escravistas e/ou exemplos a serem seguidos. Em ambos os lados, mulheres, que emergem nas fontes, sejam como exemplos, heroínas, mártires ou somente pessoas comuns de sua época, elas precisam ocupar ainda mais espaço na narrativa historiográfica.

A denúncia da escrava Lúcia Contra sua senhora – estudo de um caso extraordinário de resistência feminina nos sertões da Paraíba – Brasil (1881)

Luíra Freire Monteiro

Universidade Estadual da Paraíba

Na madrugada de 27 de outubro de 1881 a jovem escrava Lúcia fugiu da senzala da Fazenda Livramento, dirigindo-se ao juizado da Vila de São João do Rio do Peixe, no sertão da província da Paraíba do Norte, nordeste do Brasil. Intentava denunciar ao juiz local os maus tratos contínuos infligidos por sua senhora, dona Anna Jusselina de Moraes. Mais especialmente, era movida pelas dores dos ferimentos resultantes de vigorosa surra de relho de couro que retalhara a pele de suas costas, coxas e braços, após ter seu trabalho de fiandeira reprovado por sua senhora. Estando sob a ameaça de que o castigo seria repetido tão logo seu senhor saísse em viagem, a escrava buscou proteção junto ao juiz da comarca mais próxima. A denúncia da escrava logrou êxito, posto ter sido aberto um inquérito policial afim de comprovar suas queixas, o que resvalou para a

descoberta de uma série de maus tratos, sevícias e torturas a outros escravizados, que levaram Anna Jusselina de Moraes e seu segundo esposo ao banco dos réus.

A pesquisa se ancora na leitura crítica do processo judicial então instaurado e abre um panorama sobre a escravidão negra no Brasil oitocentista, quebrando paradigmas, já que dela emerge a existência e aplicabilidade de normas jurídicas protetivas dos escravizados, bem como nos prova a percepção dos cativos sobre o mundo, suas estratégias e astúcias, a existência de uma rede de informações entre cativos, o contato com espaços que iam além das fazendas em que viviam, o conhecimento da estrutura social e, especialmente, a disposição de uma jovem mulher em se apresentar às autoridades para denunciar seus senhores.

Women, Prayer, and Performance: Female Agency in the Spread of Islam in Greater Senegambia during the Trans-Atlantic Slave Trade

Thiago Mota

University of California, Santa Cruz

This paper examines female agency in the propagation and lived practice of Islam in Greater Senegambia in the age of the Trans-Atlantic Slave Trade, challenging the male-centered narratives that dominate both European chronicles and later historiography. By combining European travel accounts, visual sources, inquisitorial testimonies, and West African oral traditions, the presentation highlights women's active participation in Islamic ritual spaces, devotional practices, religious transmission across generations, and the production of local political cultures challenging the enslavement of Muslims. The analysis begins with late eighteenth-century illustrations by Geoffroy de Villeneuve depicting Islamic prayer in Senegambia, notably including a woman praying within a mosque enclosure, albeit spatially separated from men. Such images complicate textual claims by European observers that women were excluded from communal prayer. Earlier and contemporary written sources, including André Almada, Lemos Coelho, and Mungo Park, further suggest that women prayed alongside men in domestic courtyards and village spaces, indicating flexible and localized interpretations of Islamic practice. Oral traditions from Mandinga societies reinforce this perspective by tracing the origins of Muslim aristocracies, particularly in the Kaabu kingdom, to female ancestors already socialized in Islam. The narrative of Tenenbaa and Kuta, preserved in the *Tarikh Mandinga de Bijini*, emphasizes women as carriers of Islamic knowledge, ritual discipline, and lineage-based religious authority. In addition, inquisitorial testimonies reveal that religious education was transmitted through both maternal and paternal lines. The paper also addresses women's roles in major Islamic festivities, especially the Tabaski celebration, where women appear as ritual participants, performers, and cultural mediators through music, dance, and encouragement of martial displays. Taken together, these sources reveal women not as

marginal figures, but as central agents in the socialization, reproduction, and public expression of Islam in Greater Senegambia.

Rita, Deolinda, Justina e Maria Rosa: histórias de maternidade, violência e escravidão doméstica no centro-sul cafeeiro (Brasil, século XIX)

Mariana de Aguiar Ferreira Muaze

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ UNIRIO

A pesquisa aborda as relações de gênero, raça e classe engendradas no espaço das casas de fazenda das plantations cafeeiras do Vale do Paraíba fluminense, centro-sul do Brasil, na segunda metade do século XIX. Seu principal objetivo é compreender a relação entre as mulheres proprietárias e as mulheres escravizadas no âmbito privado e rural. Assim, evidencio o lado feminino da dominação escravista e a cultura da violência empreendida pelas “senhoras”, mas, ao mesmo tempo, ressalto as formas de resistência dos escravizados, em especial mulheres, neste contexto. Para tanto, trato a agência senhorial e a agência escrava como interdependentes, consciente do desequilíbrio de forças entre as partes, para recuperar o universo ideológico e as ações de resistência das mulheres escravizadas no ambiente doméstico, onde as tensões de gênero eram bastante candentes. Todavia, busco compreender como as mulheres proprietárias atuaram no “governo da casa” de modo a perpetuar um *modus operandi* escravista, paternalista e patriarcal hegemônico no centro-sul escravista. Neste sentido, o espaço da “casa de vivenda” é tratado não somente como um local de moradia, trabalho, educação dos filhos, sociabilidade, prática política e econômica, mas também de conflitos e tensões permanentes. Com este propósito, como fonte, analiso o processo criminal da escravizada Rita (Iphan-Vassouras, primeira instância), mucama da fazenda Harmonia, acusada de matar suas filhas Arminda e Margarida, em 1862, e o cotejo com outros três processos análogos das escravizadas Deolinda (Iphan-Vassouras, primeira instância), Justina e Maria Rosa (Arquivo Nacional, Corte de Apelação), ocorridos nas décadas de 1860 e 1870. Como metodologia, é essencial se despir de questões éticas e morais de tempos presentes e pretéritos para compreender casos limites como estes que apontam a existência de outras racionalidades em meio à estrutura desigual que era a sociedade escravista patriarcal e revelam relações de violência extrema no cotidiano.

Dona Violante vs. Maria Sabbado: Concubinage at the Limits of Slavery and Freedom in Eighteenth Century Cabo Verde

Selina Patel Nascimento

Lancaster University

This paper reveals the violence of intimate family lives as experienced and perpetrated by women through an exploration of concubinage in eighteenth-century Cabo Verde. It traces the entangled concubinary relationships of Maria Sábbado, a formerly enslaved woman, and Dona Violante Freire de Andrade, her enslaver. Both women were accused of being the concubine of a Franciscan friar, Frei Bonifácio Sabugal. Maria Sábbado's accuser was none other than Dona Violante, while the Bishop of Cabo Verde weighed in to discredit Dona Violante as a vengeful old woman enraged at the friar for having terminated his concubinary relationship with her. This paper questions historiographical emphases on concubines as young and beautiful Black African women by bringing into focus how a contemporary wealthy White widow leaned into these stereotypes to commit violence against her former slave despite being a concubine herself at nearly 70 years of age. In doing so, we see how Black women's sexuality could be weaponized to obscure, and even legitimate, White female sexual transgressions, whilst deepening continuities of enslaved experience under legal freedom.

Donas da Zambézia oitocentista: escravização, coerção e disputa pública da memória social no ensino de História

Iamara de Almeida Nepomuceno

Universidade de São Paulo (USP)

Esta comunicação propõe uma reflexão teórico-metodológica e pedagógica sobre como abordar, em chave de história social e da história pública, o papel de mulheres nomeadas “Donas” nos processos de escravização na Zambézia do século XIX (atualmente Moçambique), pensando mais diretamente o público brasileiro. Parte-se de um problema ético-político contemporâneo: a fórmula “africanos escravizaram africanos”, mobilizada para deslegitimar reparação histórica, opera menos como explicação e mais como atalho retórico que apaga estruturas (Estado, direito, economia e racialização) e desloca a responsabilidade para uma abstração conveniente (“a África”). Em diálogo com Benigna Zimba (2025), Edward Alpers (1975), Ynaê Santos (2021) e Cristina Wissenbach (2025) toma-se a pluralidade de modos de escravização e coerção na África Oriental como dado histórico indispensável, considerando as especificidades e os efeitos de longa duração da escravidão atlântica. Com Maria Odila Dias (1995), assume-se a agência como prática situada em redes de parentesco, economia doméstica e mediação política, evitando tanto a romantização do poder quanto a culpabilização seletiva, bem como a crítica aos postulados de

sujeitos e sujeitas universais que resultam na negação de singularidades e particularidades próprias às experiências das mulheres situadas na História (1994). Com Oyèrónké Oyěwùmí (2021), tensiona-se o risco de universalizar categorias ocidentais de “mulher” e “gênero”, crucial para não transformar o passado em tribunal moral e para não reproduzir violência epistêmica no ensino, conforme proposto pela nova lei federal (Lei 14.986/2024) que tornou obrigatório nas escolas brasileiras o ensino das experiências e contribuições femininas nos currículos do ensino fundamental e médio. Argumenta-se que “Dona” deve ser tratada como operador histórico que articula parentesco, autoridade e administração do trabalho, como discutido na historiografia atual, entendido como parte de uma rede global de poder, violência e comércio, não como causa principal (CAPELA, 1995; HAVIK, 1997; LOVEJOY, 2000; CANDIDO, 2017; RODRIGUES, 2017, 2025 e ROSÁRIO, 2021), tornando visíveis práticas de dominação e também constrangimentos impostos por estruturas coloniais e patriarcais. Metodologicamente, propõe-se um protocolo para pesquisa e ensino: (1) comparar sem igualar processos e escalas de escravização; (2) recentrar estruturas e contextos históricos na discussão sobre justiça; (3) analisar agência atrelada ao contexto histórico; e (4) desarmar enquadramentos misóginos que instrumentalizam a visibilidade de mulheres com mando para atacar direitos humanos, igualdade de gênero e debates sobre reparação. Com isso, a comunicação contribui para discussões sobre modos de escravização, direitos e justiça e memórias sociais em sociedades coloniais e pós-coloniais.

O casamento de mulheres escravizadas em Lisboa no século XVII

João Nunes

Politécnico de Viseu; CHSC-Universidade de Coimbra

A sociedade de Lisboa era composta por inúmeras mulheres escravizadas no século XVII. Provinham, em grande número, do império, sendo a maioria de origem africana. Muitas vieram ainda muito jovens para a cidade, com idade inferior a 12 anos. Aspiravam aceder ao casamento por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, porque na Época Moderna, as relações afetivas e de cariz sexual tinham obrigatoriamente de ser sancionadas pelo matrimónio. Em segundo lugar, porque a salvação da alma, em contextos de doutrina cristã, dependia sobremaneira da prática sacramental. Todavia, muitas foram impedidas de casar pelos respetivos senhores, sendo comumente alvo de sevícias; a obstaculização do acesso ao casamento era, por norma, motivada pela perda de valor comercial da pessoa escravizada. Não obstante, algumas mulheres desafiaram a autoridade dos senhores, entre os quais se contavam figuras poderosas da sociedade lisboeta. Não recuaram perante as pressões e as sevícias, revelando uma coragem extraordinária no ensejo de casar. No acesso ao sacramento beneficiaram das dinâmicas tridentinas nomeadamente do facto de a salvação ser o principal requisito da Igreja e do reforço da prática sacramental. Quem eram estas mulheres? De que foram vítimas, quando almejaram poder casar? Como conseguiram

contrair o matrimónio? Estas são algumas das questões que norteiam o estudo e que se pretende discutir, por forma a revelar aspetos da condição e vivência da mulher escravizada na Época Moderna em contextos de matrimónio.

Freedom, Belonging and Exclusion among Slave Women in Post-Abolition Unyamwezi, Western Tanzania, c.1890-1950

Salvatory S. Nyanto

University of Dar es Salaam

Most slaves in Unyamwezi, western Tanzania, were women and girls working as both domestic and field slaves. Because of the increasing demand for agricultural produce, most slave women lived in rural Unyamwezi as agricultural laborers. Although slave women could be integrated into the owner's family, the majority of slave women, remained marginal in the hierarchies of families and religious circles. Despite certification of freedom, others were excluded from the Nyamwezi ritual, the right to own land, and decision-making and participation. Eventually, slave women had limited positions, social rights and economic opportunities such as self-employment and social mobility. This paper weaves through the post-slavery experiences of former slave women living in missions and villages. Because the effects of slavery on formerly enslaved women and their descendants varied depending on the culture and society they were brought into contact in post-abolition Unyamwezi, they shaped struggles for social recognition and integration into the Nyamwezi society. While some former slave women "attached themselves to people" and sought autonomy within the households, others, instead, relocated to distant villages in search of opportunities, including marriage, access to resources, and ritual. In the end, the paper seeks to show that an understanding of freedom, marginality and integration of slave women should consider context, culture and varied responses of former slave women in space-time.

"Pois a Suplicante é liberta e como tal sirva a quem sua vontade lhe pede": mulheres indígenas e a produção das distinções jurídicas entre administração e escravidão na capitania de São Paulo, na primeira metade do século XVIII

Felipe Garcia de Oliveira

EDGE/CHAM/NOVA-FCSH

A imposição do trabalho às populações indígenas resultou em múltiplas formas de exploração da sua mão de obra no período colonial, seja por meio da escravização, do aldeamento, das administrações particulares, ou ainda de outras formas pouco delineadas de trabalho forçado. Essa exploração possuía uma dimensão jurídica, na medida em que envolvia enquadramentos

legais e estatutos que definiam direitos, deveres e limites de cada condição. Em 1696, em resposta a um arranjo local, a Coroa portuguesa oficializou o regime de administração particular, no qual colonos recebiam a posse e a tutela de indígenas com o propósito declarado de cristianizá-los e “civilizá-los”. Esse regime tem sido interpretado por diversos estudos como uma prática disfarçada de escravidão, dadas as semelhanças que guardava com a condição dos escravizados. Nesta comunicação, reexaminamos essas abordagens a partir do papel das mulheres indígenas, principais vítimas dos apresamentos e dos pedidos de trabalho particular no espaço doméstico, como amas de leite e “criadas”. O foco recai sobre a maneira como essas mulheres rediscutiram judicialmente a sua condição, incluindo os debates em torno do tipo de trabalho e do estatuto jurídico de seus filhos. Nesse sentido, analisa-se como as indígenas administradas, ao recorrerem às instâncias de justiça, atuavam, por um lado, na denúncia dos abusos cometidos por seus administradores e, por outro, na construção e no reforço das distinções jurídicas entre administração e escravidão na capitania de São Paulo ao longo do século XVIII. A partir da perspectiva das indígenas administradas, e considerando os limites da documentação, argumenta-se que tais distinções não estavam apenas previstas nas normas, mas eram disputadas e elaboradas no cotidiano.

Mulheres e manumissões: experiências femininas nas alforrias fluminenses (1771–1821)

Mirella Soraya Pinheiro Rodrigues de Oliveira

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este trabalho revisita as alforrias femininas no Rio de Janeiro entre os séculos XVIII e XIX, buscando compreender as justificativas e emoções correspondentes que permeavam os atos de libertação de mulheres escravas. A pesquisa ancora-se inicialmente em 380 escrituras de liberdade do 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro e 123 testamentos Sé da mesma cidade, abrangendo o período de 1771 a 1821. A análise acompanha o consenso da historiografia do tema acerca do predomínio das mulheres entre os alforriados, mesmo quando os valores de compra da liberdade superavam os masculinos, o que evidencia a persistência de lógicas sociais e religiosas próprias do Antigo Regime mesmo com a entrada do século XIX. Nessa sociedade, cuja pobreza era majoritariamente feminina, associada à fragilidade e à propensão ao pecado, a caridade dirigida às mulheres era paralelamente um exercício de fé e controle moral. Assim, a investigação propõe uma releitura das alforrias como práticas inseridas em uma “comunidade emocional” (ROSENWEIN) cristã, na qual o amor e a caridade (Amor caritas) se articulavam à manutenção das hierarquias sociais e de gênero. As concessões de liberdade e as esmolas dirigidas às mulheres — especialmente às escravas — reforçavam valores religiosos e garantiam certa continuidade do trabalho servil, ao mesmo tempo em que ofereciam às libertas margens de ação no espaço urbano e econômico.

Assim, as alforrias femininas revelam tanto o peso das categorias de Antigo Regime quanto as brechas de agência das mulheres na sociedade fluminense.

How to Find Women and African Populations in the Canary Islands: Slavery, the African Diaspora, and an Interdisciplinary Approach

Alejandra C. Ordóñez and Claudia Stella Valeria Geremia

Universidad de Las Palmas de Gran Canaria

and

Università Ca' Foscari Venezia

The Canarian archipelago became a strategic hub for modern trans-Atlantic commerce and, as a result, a participant in the trade of enslaved people. The presence of Black enslaved individuals can be traced in the Canary Islands in the earliest years after the Crown of Castile completed its conquest in 1496. However, their presence and influence, especially of enslaved women, have not been sufficiently recognized within and outside of academia. This work proposes an interdisciplinary approach to track the presence of women related to enslavement in Modern times on the Islands. The first part will focus on archaeology, bioanthropology, and aDNA as means to identify women of African descent from the north and south of the continent in the archaeological record. We will present case studies in which this approach has already yielded results. The second part turns to material culture and inquisitorial sources, devoting particular attention to the circulation of *bolsas mandingas*—ritual bundles of African origin used for protection and healing. Originally crafted by enslaved Africans to resist and mitigate the violence of enslavement, these objects circulated widely across the Afro-Portuguese Atlantic and re-emerged in the Spanish Atlantic through inquisitorial documentation from 1524 onward. Drawing on early Inquisition trials and detailed material descriptions, the paper traces how *bolsas* transformed in both composition and function, incorporating stones, drawings, sacred texts, and syncretic Catholic elements, including invocations of Saint Martha. Enslaved and free Canarian women played a crucial role in these processes of adaptation and reinterpretation, reworking African ritual knowledge within new colonial contexts.

By combining microhistorical analysis with material culture studies, it reconstructs the biographies of these objects and the networks that sustained them, arguing that the Canary Islands functioned as a key contact zone for the early diffusion of Afro-Atlantic ritual forms under the surveillance of empire and the Inquisition.

Motherhood under Enslavement in the Nineteenth-Century Ottoman Empire

Özgül Özdemir

Stanford University

In 1841, a slave owner advertised the sale of a Black enslaved woman who had recently given birth. Her qualifications were described as follows: she was knowledgeable in midwifery, had recently given birth, and possessed an ample supply of milk, making her suitable for sale as a wet nurse. She was offered for approximately 3,000 kuruş, and interested parties were invited to apply through the offices of the Ceride-i Havadis newspaper.

In 1850, a runaway Black enslaved woman named Zeyneb committed infanticide in Istanbul by throwing her infant into a well in the garden of an abandoned Turkish bath, following the advice of other enslaved and freed Africans. She was sentenced to one year in a women's prison and, upon her release, ordered to be returned to her former owner.

Motherhood under enslavement in the Ottoman Empire has rarely been the subject of critical inquiry in studies of the Ottoman Empire and the wider so-called Islamic world, except for scholarship on umm al-walad, which in classical Islamic law denotes an enslaved woman who has borne her owner a child. Drawing on newspaper articles and court, as illustrated by the examples above, this paper asks what it meant to be a mother under enslavement in the long nineteenth century. In doing so, it engages with the history of emotions to reveal the strategies of enslaved women, as well as their joys, fears, and sense of self and the world they inhabited

Coerción afectiva como tecnología esclavista: mujeres, resistencia y vínculos en la esclavitud del Puerto Rico decimonónico

Isabel Bedoya Palop

Universitat Pompeu Fabra

Esta propuesta aborda la experiencia de las mujeres esclavizadas en el Caribe Hispano, centrándose en el caso de Puerto Rico durante el siglo XIX. El objetivo es trascender la visión tradicional de la explotación laboral, física y sexual de los esclavizados para proponer la coerción afectiva y psicológica como una tecnología esclavista de dominación tan estructural como la violencia física o económica.

Utilizando un marco teórico que incorpora la interseccionalidad y la colonialidad de género, y basándonos en el análisis de fuentes judiciales y microhistóricas, se argumenta que el sistema esclavista instrumentalizó intencionalmente los lazos afectivos. Esto se evidencia en tácticas brutales como la separación planificada de madres e hijos, el impedimento de vínculos estables y el uso de amenazas emocionales ("si no obedeces, vendo a tu hijo") como coerción diaria, lo que convierte la violencia emocional en un trabajo forzado no reconocido.

Asimismo, esta ponencia explora las estrategias individuales y colectivas de resistencia. Se analiza la defensa de la maternidad y familia a través de la formación de redes (compadrazgo) y el uso estratégico del sistema judicial (peticiones de libertad y juicios) para proteger a sus seres queridos. Estas acciones demuestran que, si bien la esclavitud de las mujeres fue también una esclavitud sentimental, ellas fueron sujetos activos que desarrollaron estrategias que moldearon sus vidas. Finalmente, se invita a un debate historiográfico que reconozca la dimensión emocional y la resistencia afectiva como claves para comprender la experiencia completa de la esclavitud femenina en las Américas, aportando a las trayectorias de vida de las mujeres esclavizadas.

Africanas de negócios: o financiamento de alforrias entre africanas ocidentais (Salvador, século XIX)

Alanna Perônio

Universidade Estadual de Campinas

A cidade da Bahia – como também era conhecida Salvador – foi um dos principais centros urbanos e porto de desembarque de africanos traficados para a América portuguesa. O comércio desenvolvido nela permitiu particularidades das relações escravistas às quais africanos e africanas puderam desenvolver estratégias para a liberdade e sobrevivência. Inseridos em atividades comerciais desde que eram adquiridos e no caso das mulheres, precisando lidar com uma dupla jornada de trabalho – o doméstico e o de rua – aprendiam a arte de negociar, criavam laços com fornecedores e constituíam uma clientela. Após a conquista da alforria, as habilidades desenvolvidas no comércio permitiam que libertos(as) pudessem reconstruir suas vidas em liberdade. Nesta seara, relatos de viajantes e documentações coesas apontam para o destaque das mulheres africanas no comércio de rua, conhecidas, como ganhadeiras ou quituteiras, elas praticamente monopolizavam a venda de alimentos e se dedicavam a outras atividades vinculadas ao ambiente doméstico (lavagem de roupa, limpeza de casas e etc.). O que até então tem sido marginalizado pela historiografia é a participação delas nas redes creditícias, tema explorado nesta comunicação. Para tal, apresentarei a articulação de mulheres afro-ocidentais que viveram na Bahia entre os séculos XVIII e XIX, e contribuíram com empréstimos para que outras africanas pudessem obter a liberdade. Desta forma, enfatizo os laços construídos com forte marcador de gênero e etnicidade que demarcavam critérios específicos para a concessão dos empréstimos no caso de alforrias.

Monica e o “Escandalo do pecado publico”: escravidão, concubinato e jurisdição eclesiástica no Maranhão colonial (primeira metade do séc. XVIII)

Alex Matos Rabelo

Universidade Federal do Maranhão

No Império Colonial Português, o matrimônio exerceu papel fundamental na construção de uma cristandade tridentina, assumindo centralidade na normatização moral e na repressão dos comportamentos considerados pecaminosos. Neste sentido, este trabalho trata-se de um estudo de caso que pretende examinar as relações concubinárias envolvendo agentes escravizados no Maranhão, durante a primeira metade do século XVIII, e julgadas pelo Juízo Eclesiástico. A investigação propõe contribuir no campo da História das Mulheres na Amazônia colonial, tomando particular atenção a análise do Autos e Feitos de Libelo Crime da escrava Monica e seu senhor João Pereira Lemos, julgados em 1742, permitindo observar as tensões entre normas tridentinas e práticas sociais cotidianas. Metodologicamente, a pesquisa articula diferentes escalas de observação, valorizando perspectivas em História Conectada no contexto atlântico, de modo a compreender as relações matrimoniais a partir do processo dessa escravizada, bem como seu protagonismo nas dinâmicas sociais da colônia. Simultaneamente, busca-se evidenciar a atuação das autoridades eclesiásticas, especialmente, no que concerne aos mecanismos de controle moral e espiritual, disciplinamento e intervenção da vida conjugal dos fiéis no Maranhão colonial.

Escravidão, violência e sofrimento: genealogias ancestrais de mulheres, meninas e meninos e a escravização vitalícia nas grandes propriedades do recôncavo baiano, 1750-1850.

Adriana Dantas Reis

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) - Bahia

Este trabalho pretende discutir como a violência e o sofrimento são inerentes às genealogias ancestrais da diáspora africana. O recorte espaço-temporal são as grandes propriedades do recôncavo baiano, entre 1750 e 1850. Eu argumento que a formação do mundo afrodiaspórico, proveniente do tráfico e da escravização de pessoas cativas, nas grandes propriedades do recôncavo baiano, representou muito mais violência, crueldade, sofrimento do que a possibilidade de acesso à liberdade, características distintas das pequenas propriedades urbanas da cidade de Salvador. Priorizo as experiências de mulheres, meninas e meninos, ressaltando as dificuldades brutais que sofriam nas grandes propriedades e sobretudo das escravizadas no serviço doméstico. Para isso, revisito a denúncia feita na segunda metade do século XVIII, ao Tribunal da Santa Inquisição, contra o Mestre de Campo Garcia d'Ávila Pereira de Aragão, homem da família mais poderosa do período colonial, documento analisado por Luiz Mott (1988). Nos relatos enviados pelo Comissário do Santo Ofício, aparecem violências empreendidas pelo Mestre de Campo com

“requintes de crueldade” contra escravizados e escravizadas, adultos e crianças. Além da violência explícita, discuto a violência perene e naturalizada da escravidão, através de registros paroquiais, testamentos e inventários, constata-se a vitaliciedade da condição cativa, em linhagens de mulheres escravizadas e seus descendentes.

Escravidão, género e mineração na África Oriental

Eugénia Rodrigues

Centro de História da Universidade de Lisboa

Actualmente, as mulheres são responsáveis por quase metade do trabalho de mineração de pequena escala em África, assegurando a sua totalidade em algumas regiões do continente. Essa situação tem raízes no passado. No vale do Zambeze, na colónia portuguesa de Moçambique, o comércio e a mineração do ouro constituíam uma das principais actividades económicas levadas a cabo pelos colonos. No século XVIII, grande parte do ouro era obtida através do comércio com os estados africanos a sul do Zambeze, na continuidade de fluxos que remontavam ao século XVI. No entanto, desde as primeiras décadas desse século, os próprios moradores da colónia portuguesa promoviam a mineração do ouro na região marave, a norte do rio Zambeze, já que as populações locais observavam tabus que as impediam de minerar. Os moradores negociavam com os chefes maraves a exploração directa das minas em locais designados bares. Conforme a divisão do trabalho por género vigente na região, a mineração era feita por mulheres, no caso, escravizadas. Acompanhadas por homens, estas mulheres moviam-se entre os seus campos de cultivo nos prazos junto ao Zambeze e os bares localizados em território de chefes maraves. Enquanto aos homens cabia a segurança dos locais, as mulheres ocupavam-se do trabalho de mineração, tal como acontecia nos estados africanos situados a sul do Zambeze. Usando tecnologias africanas, as mulheres esmagavam pedra e peneiravam areia dos rios para obter ouro para os seus senhores, retendo uma parte para si próprias. Estas mulheres desempenhavam um papel crucial na economia da região, embora o seu trabalho esteja pouco documentado. O objectivo desta comunicação é analisar as experiências das mulheres escravizadas no trabalho de mineração do ouro da região do Zambeze, durante os séculos XVIII e XIX.

Eugenia em Longa Duração: do partus sequitur ventrem à CPI da Esterilização (1993)

Luana de Paula Santos

Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGH/UEPG).

Este trabalho investiga as continuidades históricas entre o controle reprodutivo imposto a mulheres negras durante a escravidão e as políticas e práticas eugenistas que marcaram o Brasil

entre o final do século XIX e o século XX, culminando em um recorte contemporâneo, nas denúncias de esterilização coercitiva apresentadas à Comissão Parlamentar de Inquérito da Esterilização (1993). Partindo do princípio jurídico *partus sequitur ventrem*, que transformava a maternidade escravizada em instrumento econômico, argumenta-se que os corpos reprodutivos das mulheres negras foram, desde o período colonial, alvo privilegiado de administração estatal, violência sexual e vigilância moral.

Com a abolição, esse sistema não desaparece: é reconfigurado pelo higienismo, pela medicina social e pelo pensamento eugenista brasileiro, que associaram degeneração, pobreza e negritude. Ao longo da Primeira República e das décadas iniciais do século XX, a maternidade negra passa a ser tratada como problema demográfico e social, justificando intervenções médicas, remoções de crianças, institucionalização compulsória e campanhas de disciplinamento moral. Nos anos 1970–1990, sob discursos de “modernização” e “planejamento familiar”, durante a ditadura civil-militar, essas práticas foram atualizadas por políticas biomédicas e programas de esterilização que atingiram de forma desproporcional mulheres negras, pobres e periféricas. A CPI da Esterilização revela a persistência dessa racionalidade eugenista, ainda que revestida de uma nova linguagem tecnocientífica.

A partir da articulação entre historiografia da escravidão, história da eugenia e análise documental (CPI, legislação, normativas médicas), o estudo demonstra que a violência reprodutiva no Brasil constitui um continuum histórico, no qual diferentes regimes de poder, senhorial, médico, estatal, convergem para regular a maternidade negra. Ao mesmo tempo, evidencia-se a agência de mulheres negras e de organizações do movimento social que denunciaram e resistiram a essas práticas. O trabalho contribui para reposicionar o debate sobre escravidão, eugenia e reprodução no Brasil em uma perspectiva global de violências e resistências.

Olhares sobre Catarina Juliana: condição feminina, cor e concubinato em Angola – século XVIII

Fabiana Schleumer

Universidade Federal de São Paulo - Unifesp

Nos últimos anos, atingiu uma marca significativa a quantidade de pesquisas e publicações atinentes à história de vida de mulheres africanas no atlântico negro. Em geral, esses trabalhos adotam abordagens interdisciplinares, apresentando uma miríade de possibilidades metodológicas que vão desde o diálogo com a Antropologia ao uso estreito da “*trick description*”. Nesse amplo escopo, é válido sublinhar a contribuição do historiador Kalle Kananoja sobre esse tema. Em 1980, ele publicou um artigo sobre a crioulação em Angola no qual analisou a história de Catarina Juliana e João Pereira da Cunha. Ela, africana, nascida em Luanda, “concubina” de seu senhor. Ele, um homem português, antigo capitão-mor de Ambaca, membro da Ordem de Cristo.

Em processos inquisitoriais distintos, ambos foram acusados de feitiçaria, idolatria e presos pela Inquisição de Lisboa.

Passados alguns anos, surgiram novos estudos que elegeram como foco a análise das práticas mágicas atribuídas a Catarina Juliana. Nesse sentido, destacamos as pesquisas desenvolvidas pelos seguintes pesquisadores brasileiros: Precioso, Chagas e Schleumer.

Esta última trouxe à tona a discussão sobre o papel dos exorcismos em Angola, perscrutando o impacto das ações de Catarina Juliana no processo de expansão e consolidação do cristianismo local. Desta feita, Schleumer busca examinar a história de Catarina Juliana a partir da discussão sobre os marcadores da diferença como a cor, bem como a condição feminina e o concubinato.

Vale a pena destacar que a expressão “concubina” e seus múltiplos significados têm sido um aspecto minorado, quiçá esquecido, no debate historiográfico sobre os papéis das participações das mulheres africanas na Angola setecentista.

A avaliação das problemáticas concernentes a este estudo será alicerçada no cruzamento dos dados obtidos nos Cadernos do Promotor (ANTT) e nos documentos diversos: cartas, relatórios, mapas e tratados relativos a Angola e seu interior (IHGB) etc.

A trajetória da africana Qitéria Garcia Rosa: comerciante, proprietária de cativos e imóveis (Salvador 1832-1897)

Mona Lisa Nunes de Souza

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

O presente trabalho visa traçar a trajetória de uma africana liberta de nação nagô, Quitéria Garcia Rosa, que viveu e morreu na Cidade de Salvador no período de 1832-1897. Investindo em escravizados e produtos africanos importados de Lagos, ela construiu uma considerável fortuna. Quando faleceu, aos 95 anos, em 1897, havia deixado para seus herdeiros 13 imóveis (casas e sobrados) avaliados em 20 contos e 650 mil-réis. Ainda sob cativeiro, provavelmente, ela planejou que seus filhos nasceriam de ventre livre, pois assim o fez. O assento de batismo do primeiro filho, João Garcia Rosa, consta de 1851, muitos anos depois da compra de sua liberdade. De acordo com as informações de seu inventário, Quitéria permaneceu solteira e teve seis filhos, todos aprenderam a ler e escrever. Assim, sua sagacidade, determinação, inteligência e a observação das frestas do sistema escravista lhe permitiram criar oportunidades para constituir uma descendência distante da escravidão.

Mulheres no Maranhão Colonial: o observatório sobre a história das mulheres escravizadas na Justiça Eclesiástica do século XVIII

Yanka Karinna Viana de Souza

Universidade Federal do Maranhão

Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre processos eclesiásticos do século XVIII no espaço do Maranhão no que se refere aos discursos aplicados as mulheres através da regência do Tribunal Diocesano. Espaço esse que as estruturas eram divididas em cor condição, colonizados e colonos, mas que teve a divisão nos discursos morais sobre os corpos femininos a fonte estrutural do sistema colonial e o lugar de direcionamento na ordem e controle social que tentou manter o poder do Clero e da Coroa. Entretanto, por ser dividido também em cor condição as mulheres brancas, uma maioria de indígenas escravizadas e também africanas escravizadas foram tratadas de formas diferentes pelo Juízo Eclesiástico, as ordens e os discursos morais sobre esses corpos não foram os mesmos. Por isso, analisar-se-á especialmente três processos: a cafuza Anna Maria e a forra Silvana ambas escravas do Sr. Ignácio Fernandes Viana, o terceiro Catharina dos Santos de Cacheu escrava do Pe. Manoel Álvares. No que diz respeito aos autos das denúncias e as penas aplicadas nos processos, o trabalho contemplará suas transgressões como atos de resistências contra as ordens morais e cívicas da Igreja e do projeto colonial escravocrata. Ser mulher, mãe e esposa foi um discurso que não contemplava a todas, por mais que todas comungavam da vigília de seus atos. Discorrer as contradições dos discursos sobre as mulheres livres e escravizadas através dos processos eclesiásticos do Maranhão remete dialogar sobre a categoria mulher, bem condição, mundo do trabalho e contribui para a historiografia sobre os lugares e as agências das mulheres escravizadas no Maranhão e, principalmente, dentro das perspectivas das Conexões Atlânticas.

Cristiane Correia da Silva: liderança quilombola, resistência feminina e identidades negras no Quilombo Engenho Siqueira, Pernambuco, Brasil

Dimas Brasileiro Veras, Rebeca de Amorim Guedes e Joeli Maria Correia da Silva

Instituto Federal de Pernambuco/IFPE

Universidade Federal de Pernambuco/UFPE

Associação da Comunidade Quilombola do Engenho Siqueira/ACQES

Este trabalho analisa a trajetória de vida de Cristiane Correia da Silva, mulher negra, agricultora, pescadora artesanal e liderança quilombola do Quilombo Engenho Siqueira (Rio Formoso, Pernambuco, Brasil), como uma chave de leitura para compreender as continuidades históricas da escravidão, da pós-emancipação e das formas contemporâneas de resistência feminina negra no mundo atlântico. O território quilombola do Engenho Siqueira, cujo mito de fundação remete a

Ganga Zumba, liderança do Quilombo dos Palmares, no século XVII, insere-se na longa duração das experiências afro-diaspóricas de reorganização social e luta contra a escravidão e seus legados. No Brasil e América Latina, os quilombos — também conhecidos como palenques, cimarrones, garifunas e maroon communities — constituíram-se como espaços de resistência à escravidão e, posteriormente, como territórios de enfrentamento às estruturas raciais, econômicas e de gênero herdadas do sistema colonial. A trajetória de Cris, é analisada como expressão dessa historicidade, evidenciando o papel das mulheres quilombolas na sustentação material, simbólica e política dessas comunidades no pós-abolição.

Filha de agricultores e pescadores, Cris destacou-se pela atuação política e comunitária, tendo sido a primeira mulher presidenta da Associação Quilombola do Engenho Siqueira e, posteriormente, fundadora e presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Formoso, espaços historicamente masculinizados. Sua biografia revela como as mulheres quilombolas articulam ancestralidade, trabalho, gênero e cidadania para redefinir relações locais de poder e produzir formas próprias de agência política.

A investigação adota uma metodologia fundamentada nos estudos de trajetória biográfica, na micro-história, na história conectada e nos estudos decoloniais, mobilizando fontes orais e documentais. Ao articular o microcosmo do Quilombo Engenho Siqueira às redes atlânticas da diáspora africana, o estudo busca compreender como a agência feminina quilombola conecta o passado escravista às lutas contemporâneas por reconhecimento, direitos e sustentabilidade dos povos tradicionais, contribuindo para os debates sobre mulheres, escravidão e pós-emancipação no mundo atlântico.



This event is financed by the project *Women in Africa, Women from the Diaspora: connections, transgressions, and resistance*, funded by the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq, Brazil), through Call CNPq/MCTI/FNDCT N° 22/2024, and the Centre for History of the University of Lisbon (UID/4311/2025), funded by national funds through FCT – Foundation for Science and Technology, I.P.

Slaves cutting the sugar cane in the British colony of Antigua.
William Clark, Ten Views in the Island of Antigua, 1823.